APFC

PROJETO DE COMPENSAÇÃO DO ABATE DE QUERCÍNEAS

ZILS - UNIDADE DE EXECUÇÃO A2

Entreplanos,

Gabinete de arquitetura, urbanismo e design

setembro 2026
(Versão 3.0)

O presente documento foi elaborado pela APFC – Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes e constitui o projeto de compensação fruto do abate de quercíneas referente à Unidade de Execução A2.

Indíce

1. ELEMENTOS GERAIS 1
2. OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO 2
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA A INTERVIR 2
4. DESCRIÇÃO TÉCNICA DAS AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO 10
5. FASES DO PROJETO DE COMPENSAÇÃO 11
6. PLANO PREVISIONAL DE GESTÃO 13
7. MODELOS DE SILVICULTURA 15
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 15
9. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO PROJETO 16
10. PEÇAS GRÁFICAS 16

ANEXO I 17
ANEXO II 23

1. Elementos gerais

a. Identificação do proponente

O proponente deste projeto é a AICEP Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA., entidade responsável pelos empreendimentos que vão ser descritos. Esta entidade tem poderes dados pelo IAPMEI para a realização do projeto de compensação, conforme procuração em anexo.

b. Identificação e localização da área de intervenção

A área de intervenção está localizada em 4 prédios rústicos diferentes, todos eles situados no concelho de Santiago do Cacém, União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra. Na figura 1 e quadro 1 e Mapa 2 (em anexo), estão identificadas as áreas elegíveis para compensação em cada prédio e a respetiva delimitação.

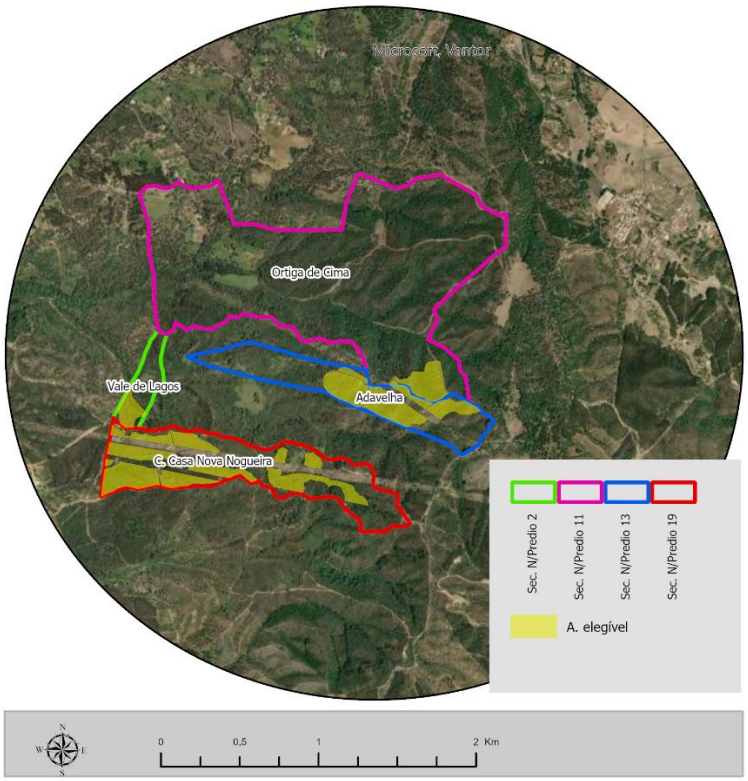


FIGURA 1 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE COMPENSAÇÃO ELEGÍVEL/PRÉDIO

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS PRÉDIOS

PROPRIEDADE	SECÇÃO FINANÇAS	ARTIGO DE MATRIZ	FREGUESIA	CONCELHO	ÁREA (HA)	ÁREA ELEGÍVEL p/ COMPENSAÇÃO (HA)
Vale de Lagos	N	2	UF de Santiago do Cacem, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	Santiago do Cacém	8,96	4,77
Ortiga de Cima	N	11			192,09	13,60
Adavelha	N	13			39,15	23,31
Courela da Casa Nova da Nogueira	N	19			59,55	2,41

2. Objetivos gerais do projeto

Este projeto tem como objetivo o cumprimento das medidas compensatórias determinadas nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº155/2004, de 30 de junho, fruto da futura desflorestação de um povoamento de sobreiro de **22,33 ha e de 1012 sobreiros isolados**, situado na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), inserida no distrito de Setúbal, concelho e freguesia de Sines.

3. Caracterização geral da área a intervir

a. Caracterização edafo-climática e fisiográfica

Os vários prédios inserem-se numa mancha litológica de formação sedimentar existente na região. Os solos litólicos são solos pouco evoluídos, de perfil AC ou ABC com horizonte B câmbico, formados, em geral, a partir de rochas não calcárias. Podem, nalguns casos, ser derivados de rochas calcárias, mas encontram-se completamente descarbonatados até ao horizonte C. Quando argilosos não apresentam em todo o seu perfil as características próprias dos Barros. Os litossolos são solos incipientes não evoluídos, sem horizontes genéticos claramente diferenciados, praticamente reduzidos ao material originário. O horizonte superficial é frequentemente um (A)p, podendo haver um Ah ou Ap de espessura reduzida, caso em que existe pequena acumulação de matéria orgânica. A ausência de horizontes genéticos é fundamentalmente devida à escassez de tempo para o seu desenvolvimento se dar.

A estes diversos complexos litológicos associam-se diferentes famílias de solos:

Solos Litólicos Não Húmicos

Vt – Solos litólicos, não húmicos, pouco insaturados, normais de arenitos grosseiros
Vts - Solos litólicos, não húmicos, pouco insaturados, normais de "grés de Silves" ou rochas afins

Litossolos

Ex – Solos incipientes – litossolos dos climas de regime xérico, de xistos ou grauvaques

Por si só, estes solos não apresentam problemas para o povoamento e espécie a instalar (sobreiro), no entanto são solos pobres em nutriente e matéria orgânica, com reação ácida a neutra.

Em termos fisiográficos os prédios em causa estão situados em zonas de encostas suaves com declives nas classes de pouco acentuados a acentuados (quadro2).

QUADRO 2 – FISIOGRAFIA E EXPOSIÇÃO

Nome do prédio	Declive (%)	Exposição
Vale de Lagos	0- 5	Nordeste/ Sudoeste
Ortiga de Cima	5 – 10	
Adavelha	5 – 10	
Courela da Casa Nova da Nogueira	0 - 5	

Ao nível climatológico podem-se utilizar como elementos caracterizadores da situação, os valores registados na estação meteorológica de Setúbal. Assim, foram estudados os seguintes elementos:

QUADRO 3– PRECIPITAÇÃO E TEMPERATURA - ESTAÇÃO METEREOLÓGICA DE SETUBAL

Precipitação (E.M. de Setúbal - período 1950-2018)		Temperatura (E.M. de Setúbal - período 1950-2018)	
Média anual	724,61mm	Média do mês mais quente / agosto	29.57 ºC
Média estival/junho a setembro	12,73 mm	Média do mês mais frio / janeiro	5,19 ºC

b. Uso e ocupação atual do solo

Em termos de ocupação atual do solo, as áreas em causa são de uso florestal com a seguinte ocupação:

QUADRO 4 – USO E OCUPAÇÃO

Nome do prédio	Uso	Ocupação
Vale de Lagos	Florestal	Pinheiro bravo muito disperso
Ortiga de Cima		Eucalipto
Adavelha		Eucalipto
Courela da Casa Nova da Nogueira		Pinheiro bravo muito disperso

Todas as áreas descritas na ocupação tanto de pinheiro bravo como de eucalipto apresentam matos muito densos e de grande porte, principalmente do género Cistus e Ulex (esteva e tojo). Verifica-se a presença de alguns exemplares de sobreiro, muito decrépitos e secos.

A implementação das áreas previstas no Projeto de Compensação implica a realização de trabalhos prévios de limpeza e preparação dos terrenos, incluindo o abate e remoção das espécies florestais atualmente existentes, designadamente pinheiro-bravo e eucalipto, presentes de forma dispersa.
Os exemplares de eucalipto existentes encontram-se, de um modo geral, em fim de ciclo produtivo, verificando-se a presença de numerosas árvores mortas e toiças sem capacidade aparente de rebentação, não se perspetivando aproveitamento industrial relevante.
Relativamente ao pinheiro-bravo, as áreas em causa apresentam baixa densidade e um estado fitossanitário desfavorável, com presença significativa de árvores mortas e tombadas, evidenciando um elevado grau de degradação.
As áreas destinadas à compensação foram objeto de visita de campo em 1 de abril de 2025, com o objetivo de confirmar as espécies presentes e avaliar as condições gerais dos povoamentos, nomeadamente o seu estado de desenvolvimento e fitossanitário.
Não foi realizado um inventário florestal específico para estas áreas. Assim, a caracterização apresentada resulta das observações efetuadas durante a visita de campo e deverá ser entendida como uma avaliação qualitativa das condições existentes.

c. Enquadramento Territorial – Restrições de Utilidade Pública e Servidões Administrativas

De modo a garantir a conformidade das intervenções propostas com os vários instrumentos de gestão territorial, os mesmos foram consultados durante a elaboração do projeto de compensação.

As áreas de instalação do projeto de compensação encontram-se abrangidas pelos seguintes instrumentos de planeamento de hierarquia superior:

QUADRO 5 – INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

INSTRUMENTO	DESIGNAÇÃO	ESTADO
PROF	**Alentejo**	**Disponível**
PIMDFCI	**Santiago do Cacém e Sines**	**Disponível**
PDM	**Santiago do Cacém**	**Disponível**
ZIF	**s/a**	-
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica	**Sado**	**Aprovado**

- **Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF)**

Ambas as propriedades analisadas no âmbito deste documento, encontram-se totalmente inseridas na Bacia Hidrográfica do Sado, bem como no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF-ALT), aprovado pela Portaria nº54/2019, de 11 de fevereiro. Os prédios Vale de Lagos e Ortiga de Cima estão situados na Sub-Região Homogénea – Pinhais do Alentejo Litoral e os prédios Adavelha e Courela da Casa Nova da Nogueira na Sub-Região Homogénea – Serras do Litoral e Montados de Santiago.

A sub-região homogénea dos Pinhais do Alentejo Litoral que abrange 105.093ha da área incluída no PROF-ALT, sendo uma zona caracterizada pela sua extensa área florestal (74%) dominada pelo pinheiro bravo (35%), pinheiro manso (28%), sobreiro (21%), eucalipto (13%), azinheira (1%) e outras espécies (3%).
A sub-região homogénea das Serras do Litoral e Montados de Santiago abrange 223.859ha da área incluída no PROF-ALT, sendo também uma zona caracterizada pela sua extensa área florestal (54%), é dominada pelo sobreiro (71%), eucalipto (20%), pinheiro manso (4%), azinheira (4%) e pinheiro bravo (1%).

As funcionalidades a ter em conta nestas sub-regiões homogéneas, com igual nível de prioridade são:

Função geral de Produção

Visa a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas. Esta função geral subdivide-se em subfunções gerais, como são a produção de madeira e de biomassa para a energia, a produção de cortiça, a produção de frutos e sementes, de resinas naturais e outros materiais vegetais e orgânicos.

Função geral de Proteção

Cujo objetivo é a contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas. Subdivide-se em subfunções gerais, nas quais a propriedade se enquadra ao nível da proteção da rede hidrográfica, de proteção contra a erosão do solo, de proteção contra cheias, recuperação de solos degradados, mitigação das alterações climáticas e proteção contra incêndios.

Função geral de Silvopastorícia, Caça e Pesca nas Águas Interiores

Entende-se como a contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia. As subfunções gerais são o suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, o suporte à pastorícia e à apicultura e à pesca em águas interiores.

As espécies a privilegiar em cada uma das sub-região homogéneas (SRH) são as seguintes:

QUADRO 6 – ESPÉCIES A PRIVILEGIAR NA SRH DOS PINHAIS DO ALENTEJO LITORAL

GRUPO I[1]
alfarrobeira (Ceratonia siliqua)
eucalipto (Eucalyptus spp.)
medronheiro (Arbutus unedo)
pinheiro-bravo (Pinus pinaster)
pinheiro-manso (Pinus pinea)
sobreiro (Quercus suber)
ripícolas (amieiro, choupo, freixo, salgueiro, sanguinho, ulmeiro, vidoeiro)
GRUPO II[2]
azinheira (Quercus rotundifolia)
carvalho-português (Quercus faginea, preferencialmente Q. faginea subsp. broteroi)
carvalho-negral (Quercus pyrenaica)
cipreste-comum (Cupressus sempervirens)
cipreste-da-califórnia (Cupressus macrocarpa)
nogueira (Juglans, ssp.)
pinheiro-de-alepo (Pinus halepensis)

[1] Espécies com aptidão Boa e Regular numa área ≥ 50% da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais.

[2] Das espécies que não fazem parte do Grupo I são selecionadas aquelas cuja aptidão é Boa e Regular numa área > 0% da área da SRH.

QUADRO 7 – ESPÉCIES A PRIVILEGIAR NA SRH DAS SERRAS DO LITORAL E MONTADOS DE SANTIAGO

GRUPO I[3]
alfarrobeira (Ceratonia siliqua)
azinheira (Quercus rotundifolia)
carvalho-português (Quercus faginea, preferencialmente Q. faginea subsp. broteroi)
eucalipto (Eucalyptus spp.)
medronheiro (Arbutus unedo)
pinheiro-bravo (Pinus pinaster)
pinheiro-de-alepo (Pinus halepensis)
pinheiro-manso (Pinus pinea)
sobreiro (Quercus suber)
ripícolas (amieiro, choupo, freixo, salgueiro, sanguinho, ulmeiro, vidoeiro)
GRUPO II[4]
carvalho-negral (Quercus pyrenaica)
castanheiro (Castanea sativa)
cedro-do-buçaco (Cupressus lusitanica)
cerejeira (Prunus avium)
cipreste-comum (Cupressus sempervirens)
cipreste-da-califórnia (Cupressus macrocarpa)
nogueira (Juglans, ssp.)

A espécie utlizada no projeto de compensação atual, ou seja na arborização – sobreiro, consta da listagem das espécies a privilegiar nas sub-regiões homogéneas acima descritas.

[3] Espécies com aptidão Boa e Regular numa área ≥ 50% da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais.

[4] Das espécies que não fazem parte do Grupo I são selecionadas aquelas cuja aptidão é Boa e Regular numa área > 0% da área da SRH.

- **Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIMDFCI)**

As futuras áreas de compensação estão localizadas em áreas com perigosidade de incêndio maioritariamente na classe baixa na sub-região homogénea dos Pinhais do Alentejo Litoral. Na sub-região homogénea das Serras do Litoral e Montados de Santiago varia de muito baixa a alta.

- **Rede Natura e Regime Florestal**

Nos prédios identificados não existem áreas inseridas em Rede Natura 2000 Rede ecológica definida para a União Europeia, que resulta da aplicação das Diretivas nº 79/409/CEE (Diretiva Aves) e nº 92/43/CEE (Diretiva Habitats), tendo como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats ameaçados (ICN, 2012).
Importa também referir que não existem áreas submetidas ao Regime Florestal. Entende-se por Regime florestal, o conjunto das incidências e de regras especiais de gestão dos espaços florestais, aplicado a territórios demarcados com o objetivo de salvaguardar os recursos presentes em áreas florestais sensíveis, os investimentos públicos ou privados ou enquadrar intervenções territoriais, garantindo a defesa do interesse público. As propriedades do Estado e as que lhe venham a pertencer a título gratuito ou oneroso, são sujeitas a regime florestal total, ao passo que os espaços florestais de particulares cuja gestão se subordina a fins de utilidade pública, estão sujeitos ao Regime Florestal Parcial (Decreto de 24 de dezembro de 1901).

- **Plano Diretor Municipal (PDM)**

As propriedades encontram-se sob o regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Santiago do Cacém. Importa realizar o seu enquadramento neste documento, de forma a perceber as condicionantes que poderão influenciar as opções de gestão. A gestão florestal é condicionada pelas restrições da Reserva Ecológica Nacional (REN), e da Reserva Agrícola Nacional (RAN) cartografadas no referido plano.

Os condicionantes referentes às propriedades que se analisam neste documento, estão resumidas no quadro 8, e o enquadramento nas cartas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM de Santiago do Cacém encontram-se em anexo.

QUADRO 8 - RESUMO DAS CONDICIONANTES

CONDICIONANTE	Vl Lagos	Ortiga Cima	Adavelha	Courela Casa Nova da Nogueira
Rios / ribeiras	-	-	-	-
REN	X	X	X	X
RAN	-	-	-	-
Sítios classificados	-	-	X	-
Estrada Nacional/Municipal	-	-	-	-
Rede elétrica	-	X	X	X
Marco geodésico	-	-	-	-
Outros (ruínas)	X	-	-	X

De acordo com o anexo II do Decreto-Lei n.º 239/2012 que republica o regime jurídico da REN, as operações de florestação e reflorestação são compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN.

d. Infraestruturas Defesa da Floresta Contra Incêndios – DFCI

As infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios estão assinaladas no Mapa 3 em anexo e foram excluídas das áreas de rearborização.

4. Descrição técnica das ações de arborização

As ações a realizar para a reconversão das áreas descritas anteriormente são: destroçamento dos cepos, preparação do terreno para plantação, plantação e adubação. Prevê-se ainda durante o primeiro ano, uma retancha de cerca de 20% das plantas e o controlo da vegetação espontânea que entretanto surja. Nos dois primeiros verões após a plantação, será realizada a rega das plantas, 4 regas com dotação aproximada de 5l/planta, a realizar de 20 em 20 dias.

Descrição detalhada das ações a realizar:

Destroçamento dos cepos de eucalipto e/ou pinheiro bravo

De forma a permitir a nova reflorestação, serão destroçados os cepos de eucalipto e/ou pinheiro bravo com uma escavadora hidráulica de lagartas.

Preparação do terreno

Gradagem: operação a realizar para regularização do solo após o destroçamento dos cepos, e incorporação das raízes e outros resíduos finos (será realizada apenas uma passagem com uma grade acoplada a um trator borracheiro, profundidade máxima de 40cm). Esta limpeza facilita os trabalhos seguintes de arborização e permite melhores condições de acesso à água, luz e nutrientes das novas plantas.

Marcação e piquetagem: operação a realizar com o objetivo de definir as linhas de plantação paralelas à curva de nível.

Ripagem: operação prévia de descompactação e arejamento do solo, para facilitar a penetração das raízes em meio convenientemente arejado, ao mesmo tempo que se consegue uma maior espessura de solo, melhorando as condições de infiltração (trator de rastos de 120 cv + ripper de 2 dentes - profundidade de trabalho até 70cm). Esta operação será feita exclusivamente nas linhas de plantação.

Gradagem de destorroamento (na linha de plantação): caso seja necessário esta operação tem como principal objetivo a homogeneização do terreno e a facilitação dos trabalhos posteriores, nomeadamente a plantação (trator borracheiro + grade 22 discos 24 polegadas - profundidade de trabalho 40 cm).

Plantação

Manual com plantas de raiz protegida, ao compasso 6 x 4 m (densidade 416 plantas/ha) diminuindo os problemas resultantes da crise de transplantação. Aquando da plantação será efetuada uma adubação localizada no covacho à razão de 30 g por planta (adubo de libertação lenta). Prevê-se durante o 1º ano a retancha de cerca de 20% das plantas. Devem ser utilizadas plantas de qualidade, jovens (até um ano no máximo) e produzidas em recipientes fundos o suficiente para não atrofiar a raiz pivotante.

Instalação de protetores individuais de plantas
Com o objetivo de aumentar o sucesso da plantação e proteger as plantas de possíveis ocorrências naturais de cariz meteorológico ou resultantes da presença de fauna selvagem, verifica-se a necessidade de proteger a plantação através da colocação de protetores individuais de plantas do tipo tubo microperfurado.

Rega
As áreas a plantar encontram-se inseridas numa formação geológica com reduzida capacidade de retenção de água, condição que poderá comprometer o sucesso da plantação e contribuir para uma elevada mortalidade das plantas, sobretudo durante os dois primeiros anos. Neste sentido, durante os dois primeiros verões após a plantação, será assegurada a rega das plantas, prevendo-se a realização de quatro regas, com uma dotação aproximada de 5 L por planta, em intervalos de cerca de 20 dias, no período compreendido entre 15 de junho e 15 de setembro. Esta medida tem como objetivo promover a sobrevivência, a vitalidade e o adequado desenvolvimento das plantas, minimizando os efeitos associados aos períodos estivais prolongados e secos. Esta operação pode ser antecipada ou prorrogada, consoante as condições meteorológicas que se façam sentir.

5. Fases do projeto de compensação

A implementação das medidas de compensação será realizada de forma faseada, em articulação com as diferentes fases previstas para a desflorestação. No quadro seguinte apresenta-se o planeamento previsional das áreas de compensação, definido em função do número de sobreiros isolados a abater e das áreas de povoamento a eliminar.

Para o dimensionamento das áreas de compensação foram considerados os seguintes pressupostos de cálculo:
Sobreiros isolados: aplicação de um fator de compensação de 2, considerando uma densidade média de plantação de 416 plantas/ha;

Sobreiros em povoamento: relativamente aos sobreiros em povoamento, foi aplicado um fator de compensação de 1,25 à área de povoamento a eliminar (21,43/ha), bem como às áreas correspondentes às árvores com afetação indireta (0,90ha).

As áreas a compensar correspondem às áreas afetadas pelo abate de sobreiros e pela afetação indireta, designadamente: 4,87 ha relativos aos sobreiros isolados a abater, 21,43 ha correspondentes ao povoamento de sobreiros a abater e 0,90 ha referentes à área de afetação indireta. Considerando estas áreas e os respetivos fatores de compensação aplicáveis, resulta uma área total de compensação de 32,79 ha.

QUADRO 9 – FASES DE COMPENSAÇÃO

	FASE 1	FASE 2	FASE 3	FASE 4	Total Geral
Sobreiros isolados abater (nº)	86	402	323	201	1012
Área compensação (ha)	0,41	1,93	1,55	0,97	**4,87**
Povoamento a abater (ha)	1,43	5,93	5,52	8,56	**21,43**
Sobreiros em povoamento abater (nº)	93	610	576	1082	2361
Área compensação (ha)	1,79	7,41	6,90	10,70	**26,80**
Área afetação indireta (ha)		0,09		0,81	**0,90**
Área compensação (ha)		0,11		1,01	**1,12**
Total Geral - A Compensar (ha)	**2,20**	**9,46**	**8,45**	**12,68**	**32,79**

6. Plano Previsional de Gestão

Apresenta-se no quadro em baixo o plano previsional de gestão e ordenamento para a plantação em causa, que vai desde a sua instalação até à extração da primeira cortiça amadia, e que enuncia um conjunto de operações e regras a serem seguidas. Este plano deve ser tido em conta pelo gestor como a trave mestra das operações a efetuar no povoamento, não ficando, no entanto, invalidadas alterações devidas à inovação tecnológica natural, uma vez que o período considerado é muito longo. O cronograma das operações poderá igualmente ser alterado caso o desenvolvimento arbóreo verificado no local, justifique o atraso ou a antecipação da realização das mesmas (quadro 10).

QUADRO 10 – PLANO PREVISIONAL DE GESTÃO

ANO	OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	*Plantação*	--
1	*Limpeza na entrelinha*	*Trator < 100 cv com corta matos* *(como alternativa: rolo desmatador)*
0 e 1	*Rega*	*Trator >100 cv com cisterna e 2 operadores*
3	*Limpeza na linha*	*Operação motomanual*
4	*Poda de formação em verde*	*Tesoura de poda*
5	*Limpeza na entrelinha* **5** *Adubação*	*Trator < 100 cv com corta matos* *(como alternativa: rolo desmatador)*
8	*Poda de formação*	*Operação motomanual*
10	*Desbaste*	*Operação motomanual*
12	*Poda de formação*	*Operação motomanual*
15	*Desbaste* *Poda de formação*	*Operação motomanual*
19	*Desbóia (extração da cortiça virgem)*	*Operação manual*
25	*Poda de Formação*	*Operação motomanual*
28	*Extração da cortiça secundeira*	*Operação manual*
30	*Desbaste*	*Operação motomanual*
30	*Extração da 1ª cortiça amadia*	*Operação manual*

[5] Operação cíclica a efetuar com intervalos de 4 a 5 anos e/ou sempre que se justifique

7. Estimativa de Custos de Gestão

De acordo com o Plano Previsional de Gestão é apresentada uma estimativa de custos com o cálculo dos valores associados a cada intervenção (quadro 11). Estes cálculos foram feitos com base nas tabelas CAOF – Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais de 2026.

QUADRO 11 – CUSTOS DE EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES

ANO	OPERAÇÃO	CUSTO/HA (€)
0	Preparação do terreno e Plantação	1 945,07
1	Limpeza na entrelinha	267,80
0 e 1	Rega	1 830,40
3	Limpeza na linha	267,80
4	Poda de formação em verde	590,72
5	Limpeza na entrelinha Adubação	1 193,20
8	Poda de formação	590,72
10	Desbaste	390,00
12	Poda de formação	443,04
15	Desbaste Poda de formação	624,78
19	Desbóia (extração da cortiça virgem)	2 925,00
25	Poda de Formação	332,28
28	Extração da cortiça secundeira	1 755,00
30	Desbaste	438,75
30	Extração da 1ª cortiça amadia	936,00
	Total/ha	15 869,56

8. Modelos de Silvicultura

Com base no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo é possível definir o modelo geral de silvicultura a implementar e quais as normas adequadas de acordo com as diversas funções presentes. Apresenta-se de seguida o quadro resumo do modelo e normas aplicáveis.
De acordo com o PROF do Alentejo o Modelo Geral de Silvicultura e de Gestão adequado à condução do povoamento, com as indicações necessárias à sua manutenção é o "SB1 - Povoamento puro de Sobreiro em sobreiral, para produção de cortiça".

QUADRO 12 – NORMAS APLICÁVEIS AO MODELO DE SILVICULTURA

MODELO SILVICULTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	NORMA PRINCIPAL (PROF - ALENTEJO)	DESCRIÇÃO DA NORMA
SB 1	*Produção de cortiça*	*PD01* *PD02* *PD21*	*Instalação de povoamentos* *Gestão dos povoamentos* *Condução do montado e sobreiral*

Em anexo (anexo I) seguem as normas florestais aplicáveis ao respetivo modelo de silvicultura.

9. Considerações Finais

A substituição e/ou instalação do povoamento florestal em causa tem de cumulativamente, cumprir os seguintes requisitos:

- Seguir as orientações descritas no ponto 4 (página 8);
- Considerar a aptidão das espécies, nomeadamente as espécies a privilegiar e as regras previstas para as reconversões consideradas no regulamento do PROF (conforme está mencionado no Anexo I – página 15);
- Elaboração do projeto de arborização/rearborização para cumprimento do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR - Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho. D.R. n.º 138, Série I) e demais legislação, nomeadamente a de proteção do sobreiro e da azinheira.

10. Assinatura e identificação do autor do projeto

Autor do projeto: Mariana Van Zeller Ribeiro Telles
Cartografia e tratamento de dados: Teresa Maria Domingues Afonso

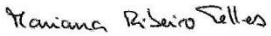
Entidade: Técnicas da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC)

Contacto: 934307617 | 243617473 | mrt@apfc.pt

Cartão Cidadão: 8491439

Data: Coruche, 16 de setembro de 2026

Assinatura:



11. Peças gráficas

a. Mapa 1 - Enquadramento dos prédios sobre carta militar
b. Mapa 2 - Enquadramento dos prédios sobre ortofotomapa
c. Mapa 3 – Rede Viária Florestal (RVF) e Rede Elétrica (RE)
d. Mapa 4 – Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC)
e. Mapa 5 – Ocupação atual do solo
f. Mapa 6 – Carta de solos
g. Cartas de ordenamento e condicionantes do PDM
h. Outras

ANEXO I

NORMAS FLORESTAIS APLICÁVEIS NO PROF

PD01 – Instalação dos povoamentos

- **Seleção dos locais e das espécies**
- Selecionar os melhores locais para o desenvolvimento da espécie a instalar. Esta seleção deverá basear-se em análises de solo e observação da vegetação existente;
- No planeamento das arborizações, em áreas que não sejam passíveis ser sujeitas a intervenção e em função das suas características topográficas ou edafo-climáticas e ocupação, é desejável considerá-las áreas de refúgio e alimentação da vida selvagem, de ocorrência de vegetação autóctone e, eventualmente, de interesse paisagístico;
- Considerar, no processo de florestação, a manutenção e valorização de ecossistemas com valor de conservação;
- Manter e conservar os maciços arbóreos, arbustivos e/ou compostos por exemplares notáveis de espécies autóctones;
- Respeitar os valores geológicos, patrimoniais e culturais, bem como infraestruturas tradicionais (muretes, poços, entre outros). Alertar as entidades competentes sempre que sejam encontrados vestígios arqueológicos nas áreas de intervenção;
- A eliminação dos cepos, para a reflorestação, deve privilegiar técnicas de proteção do solo, nomeadamente o destroçamento no local, desde que não apresente riscos fitossanitários;
- Considerar no processo de arborização a adaptabilidade da espécie à estação. Selecionar, sempre que possível, proveniências locais ou adaptadas à estação;
- Privilegiar espécies indígenas ou as espécies não indígenas classificadas como naturalizadas ou com interesse para a arborização, conformes com a legislação nacional;
- Avaliar a rentabilidade das espécies selecionadas aos objetivos visados;
- Considerar eventuais impactos paisagísticos procedentes das espécies a utilizar;
- Considerar as mais-valias das espécies em termos de valor ecológico, nomeadamente a escolha de espécies autóctones que produzam alimento para a fauna;
- Ponderar a opção de instalar povoamentos mistos versus povoamentos puros, dependendo das condições edafo-climáticas e em função dos objetivos de gestão.

- **Preparação da estação**
- Manter, sempre que tecnicamente possível e adequado, a vegetação arbustiva e herbácea existente, de forma a proteger o solo, as jovens árvores e a potenciar a conservação da biodiversidade;
- Gerir os níveis de matéria orgânica existentes na estação utilizando técnicas de conservação do solo e dos nutrientes;
- As mobilizações do solo e manutenção da vegetação espontânea existente devem estar de acordo com as normas técnicas legais, a considerar na elaboração de projetos de arborização;
- A mobilização deve ser feita preferencialmente nas linhas de plantação, procurando minimizar a sua interferência na estrutura do solo;
- Optar por técnicas silvícolas que minimizem a compactação dos solos e a probabilidade de ocorrência de fenómenos de erosão significativos, nomeadamente evitando mobilizações profundas do solo em áreas de declives acentuados;

- Optar por épocas do ano que facilitem as operações de mobilização do solo, tendo em atenção as condições climatéricas;
- Em situações onde existam grandes probabilidades de ocorrência de fracas precipitações e estios fortemente secos, as mobilizações do solo durante o ciclo devem ser reduzidas ao mínimo possível e não serem realizadas durante o estio, de forma a ser preservada a humidade no solo;
- Proceder à conservação de corredores de vegetação natural ribeirinha ao longo das linhas de água, de largura variável consoante as características ecológicas e a largura e importância dos troços da linha de água em causa, podendo ser arborizados com espécies arbóreas adequadas à sua vizinhança próxima, preferencialmente autóctones, admitindo-se em casos excecionais justificados o uso de espécies não autóctones ou de origem não inequívoca, mas reconhecidamente bem adaptadas e não invasoras. A dimensão da faixa a não ser mobilizada deverá respeitar o previsto na legislação existente no âmbito do regime hídrico;
- Ao planear os processos de arborização terão que ser consideradas certas áreas que, pelas suas características, não devem ser intervencionadas, designadamente:
    - Zonas rochosas ou de difícil acesso, devendo ser mantida a vegetação natural e sendo desejável estabelecer uma faixa envolvente de descontinuidade de combustível vegetal;
    - Cumes com afloramentos rochosos, com características ecológicas ótimas para refúgio da vida selvagem, designadamente nidificação de aves de rapina e ocorrência de vegetação autóctone, podendo ser equacionada a realização de sementeiras diretas, com espécies arbóreas e arbustivas autóctones;
    - Linhas de água de acesso difícil, de grande declive e com afloramentos rochosos, preconizando-se a manutenção e proteção da vegetação existente e, quando possível, o estabelecimento nas imediações de bosquetes com espécies autóctones arbóreo-arbustivas, de preferência ripícolas;
    - Zonas com interesse florístico e/ou paisagístico, com elevada importância para a fauna;
- As mobilizações do solo não devem ser feitas quando o terreno apresentar condições de encharcamento;
- As mobilizações do solo e manutenção da vegetação espontânea existente devem estar de acordo com as normas técnicas legais, a considerar na elaboração de projetos de arborização.

- **Plantação, sementeira e regeneração**
- Nas arborizações ou rearborizações devem ser respeitadas as medidas de silvicultura preventiva, de acordo com a legislação em vigor nomeadamente no que respeita a descontinuidades de inflamabilidade, combustibilidade e faixas de gestão de combustível. Utilizar a técnica de instalação mais adequada à estação/sítio e à técnica de mobilização de terreno adotada (exceto na regeneração natural). A operação de instalação escolhida deverá ter em atenção aspetos de natureza fisiográfica (exposição, declives, entre outros) e de minimização dos impactes daí resultantes, nomeadamente perdas de matéria orgânica e compactação do solo;
- A arborização ou rearborização por plantação é recomendável, desde que as plantas das espécies envolvidas sejam pouco sensíveis à transplantação e:
    - A regeneração natural não for possível ou tenha baixo sucesso
    - Em solos pobres e pouco profundos ou com textura pesada
    - Em solos sujeitos a encharcamento temporário
    - Em locais com probabilidade de ocorrência de geadas fortes e/ou secura acentuada

    - Ocorrer o risco da presença de animais suscetíveis de consumir as sementes de sementeira direta ou causar danos nas plântulas
    - A proveniência das sementes que deram origem às plantas utilizadas deve ser claramente conhecida, devendo-se assegurar que é adequada às características ecológicas da região onde as plantas virão a ser utilizadas;
- Sempre que for aplicável, geneticamente aconselhável e tecnicamente viável, devem aproveitar-se os indivíduos da espécie a instalar, provenientes de regeneração natural já presentes no local de instalação;
- Utilizar plantas ou sementes certificadas na instalação dos povoamentos, de acordo com a regulamentação relativa à comercialização de materiais florestais de reprodução;
- Utilizar materiais florestais de reprodução (sementes, partes de plantas e plantas) em boas condições fitossanitárias e provenientes de áreas com boas condições ecológicas semelhantes à da estação ou local de instalação;
- Acautelar a necessidade de conhecer a origem das sementes e o número de certificado Principal, das espécies florestais abrangidas por legislação nacional e comunitária;
- Sempre que se proceda à plantação ou sementeira e seja previsível a possibilidade de ocorrência de herbívoria, é recomendável proteger as plantas/sementes nos primeiros anos de vida;
- Nas áreas em que há registos de danos provocados por mamíferos deverão ser previstas medidas de defesa, tais como a utilização de proteções individuais para as árvores, vedações, entre outros, e/ou medidas de combate específicas que podem passar pela captura desses animais.

PD02 – Gestão dos povoamentos

- Condução dos povoamentos
- Os princípios básicos de conservação e de proteção devem ser considerados na condução dos povoamentos de produção. A conjugação de outras funções, nomeadamente a silvopastorícia, a caça e a valorização da paisagem é possível e desejável no âmbito dos povoamentos de produção, possibilitando o desenvolvimento do conceito de uso múltiplo da floresta;
- No processo de planeamento, prever técnicas de gestão da vegetação espontânea (localizada junto à árvore, em faixas ou em toda a área) compatíveis com as características edafo-climáticas do local;
- Durante a condução dos povoamentos manter a proporção de sexos e quantidade de indivíduos adequada à estrutura da classe de idade;
- Os períodos de condução dos povoamentos florestais deverão ser definidos aquando da sua instalação, tendo como base os objetivos definidos, podendo ser alterados se existirem situações que o justifiquem, como por exemplo, a ocorrência de pragas ou de incêndios florestais e em função da resposta do povoamento;
- A realização de operações silvícolas como podas, desramações e desbastes deverão ser planeadas de acordo com os objetivos, a espécie e o tipo de produtos florestais a explorar, equacionando o custo/benefício;
- Evitar a realização de operações silvícolas durante a época de nidificação da avifauna;

Gestão da vegetação espontânea

- Avaliar a necessidade de intervenções ao nível da vegetação espontânea, nomeadamente, averiguando a relação benefício/custo dos métodos de controlo da vegetação propostos;
- Sempre que for tecnicamente possível, deve evitar-se a eliminação da vegetação espontânea na totalidade da área intervencionada, por razões de proteção do solo contra os agentes erosivos, proteção das árvores a instalar e conservação da biodiversidade. A eliminação parcial de vegetação deve ser realizada de forma a minimizar a competição direta com as plantas a instalar e a assegurar a preparação adequada do solo;
- O método de controlo da vegetação com recurso a lâmina de trator, origina a decapitação dos horizontes superficiais e mais férteis do solo, provocando uma exagerada exposição e (des) proteção do solo e a redução das taxas de retenção e infiltração hídrica, pelo que não deve ser utilizado;
- O controlo da vegetação deve ser executado em faixas, segundo a curva de nível, ou localmente em redor da planta, ou por manchas, reservando-se as operações manuais às situações de declive muito acentuado (acima dos 30%) ou de elevada pedregosidade, onde não seja possível ou rentável o uso de meios mecânicos;
- O corta mato é o método mecanizado mais recomendável para operar em povoamentos já instalados, uma vez que elimina a parte aérea da vegetação concorrente, sem danificar o sistema radicular das árvores. O uso de fogo controlado para a eliminação da vegetação espontânea e redução do risco de incêndio deverá ser realizado de acordo com a regulamentação existente.

PD21 – Condução do montado e sobreiral

- Os modelos de silvicultura, a legislação em vigor e o Manual de "Boas Práticas de Gestão em Sobreiro e Azinheira" (Barros *et al.*, 2006) dão a maioria das indicações necessárias à condução dos povoamentos de sobreiro e azinheira. No entanto, será importante chamar a atenção para alguns aspetos, a seguir discriminados.
- O planeamento da produção de cortiça tem de respeitar a legislação em vigor de proteção ao sobreiro, nomeadamente as alturas máximas de descortiçamento, perímetros mínimos de desbóia, tipo de intervenções interditas, época de podas, entre outros;
- A regeneração natural deve ser a forma privilegiada de regeneração dos povoamentos, caso exista em densidade e qualidade suficiente. A realização de arborizações e adensamentos, quando se justifiquem, deverão salvaguardar a regeneração natural existente;
- Em declives superiores a 10%, deve ser mantida parte da vegetação. Caso se recorra ao controlo desta vegetação, deverão ser utilizados preferencialmente meios que não envolvam a mobilização do solo, sendo que, na área correspondente a duas vezes a projeção das copas e num raio nunca inferior a 4 metros, só poderão ser utilizados corta matos ou moto-roçadoras. A preparação do terreno não deve provocar danos nos sistemas radiculares dos sobreiros já existentes, devendo ser preservada a zona correspondente a duas vezes a projeção das copas das árvores e num raio nunca inferior a 4 metros, não efetuando aí mobilizações de solo;
- O descortiçamento deve ser sempre executado por operadores com formação adequada e, quanto possível, especializada, de forma a evitar feridas nos sobreiros que prejudiquem tanto a sanidade da árvore como as extrações futuras;

- O descortiçamento deve efetuar-se durante o período de atividade do câmbio súbero-felodérmico da árvore, que geralmente ocorre entre os meses de maio e julho, podendo encurtar-se ou prolongar-se conforme as condições climatéricas do ano, a latitude, a exposição, a maior ou menor humidade do solo e outros fatores ecológicos com reflexos na atividade fisiológica das árvores;
- Em condições de previsão meteorológica apontando para eventos extremos de precipitação ou em situações de seca, deve ser sempre ponderado o adiamento das operações de descortiçamento, a fim de garantir que não sejam causados danos irreversíveis no câmbio. Não se deve descortiçar nos dias chuvosos ou de vento quente e seco.
- Respeitar as regras de limpeza de equipamentos entre descortiçamentos, para evitar transmissão de vetores patogénicos;
- A poda dos sobreiros deve ser encarada e planeada como uma operação cultural realizada na perspetiva da sobrevivência das árvores e do seu rendimento em cortiça. A operação pode ser delineada de acordo com funções distintas:
- poda de formação, destinada a conduzir as árvores novas a uma forma conveniente para a extração de cortiça;
- podas de formação e de manutenção, para garantia do equilíbrio de forma de árvores adultas, eliminando ramos mortos, doentes, quebrados, ou mal orientados (manutenção da copa), de forma a desafogar a copa, favorecer a frutificação e a facilitar a obtenção de pranchas de cortiça (conformação), em qualquer caso limitada à eliminação de até 25% do volume da copa;
- A realização de podas deve ser cuidadosa, fazendo cortes tangenciais e “limpos”, deixando uma superfície lisa e evitando feridas (“esgaçamento”). Não devem ser cortados ramos muito grossos, de modo a não provocar feridas extensas. Os ramos mortos constituem obviamente exceção;
- Devem ser escolhidas para sair em desbaste as árvores mais mal conformadas, as que produzam cortiça de pior qualidade e as que se encontrem debilitadas pelo ataque de fatores bióticos ou abióticos;
- A atividade extrativa da cortiça deve ser imediatamente suspensa – na árvore ou em todo o povoamento, em função da análise de cada situação concreta – sempre que, se detete a presença de câmbio súbero-felodérmico aderente à prancha de cortiça. A retoma da extração pode efetuar-se apenas quando fôr garantida uma boa separação entre a prancha extraída e aquele câmbio;
- Nos povoamentos de sobro só são permitidas as mobilizações do solo que não afetem as raízes das árvores ou a regeneração natural. Não utilizar grades pesadas nas gradagens de modo a não afetar as raízes nem a regeneração natural.

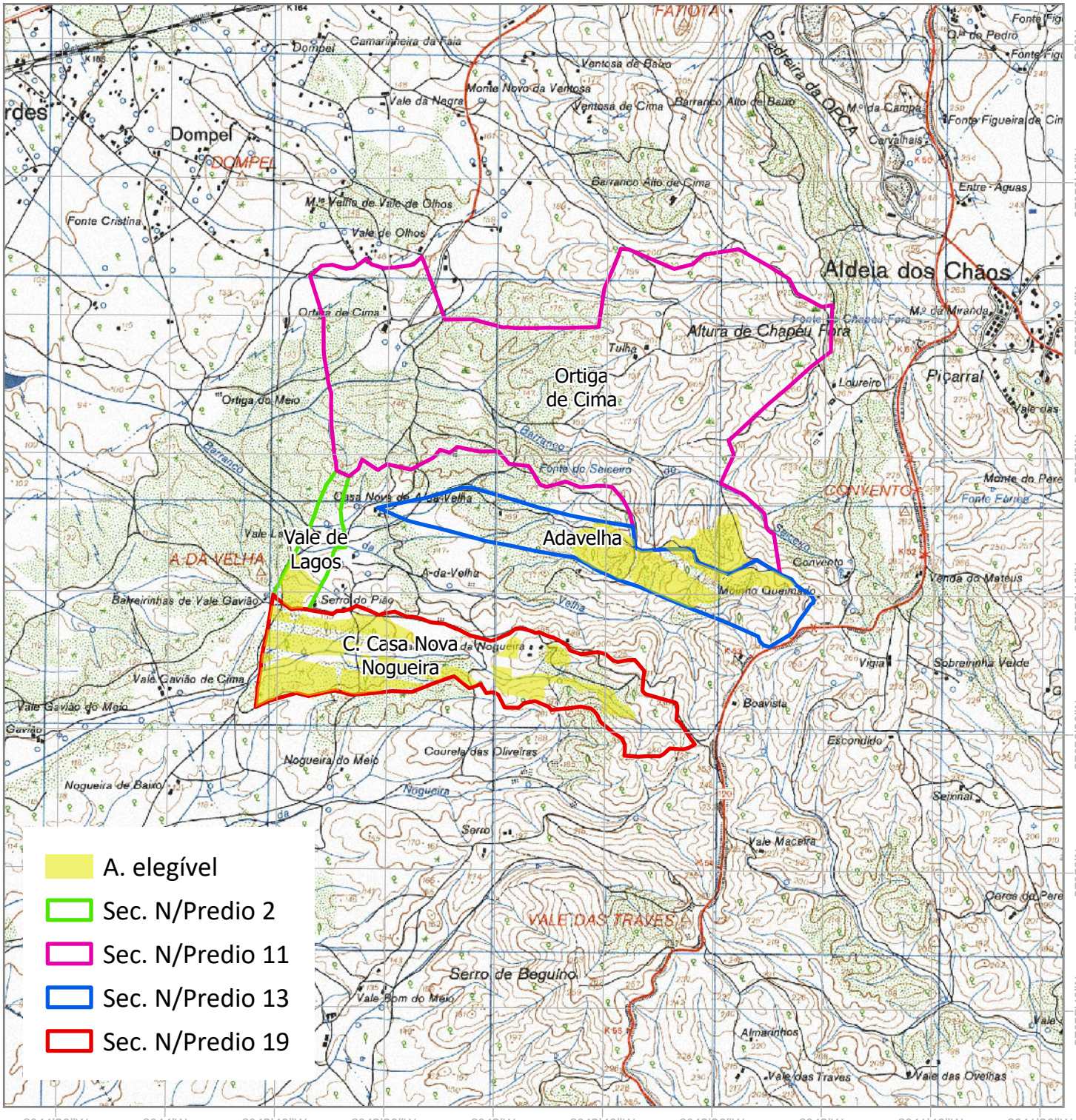
ANEXO II

PEÇAS GRÁFICAS E OUTRAS (TITULARIDADE)

Projeto de compensação do abate de quercíneas

Mapa 1
Enquadramento dos prédios sobre Carta Militar

APFC



escala: 1:25 000

N W E S

0 500 1 000 2 000 Metros

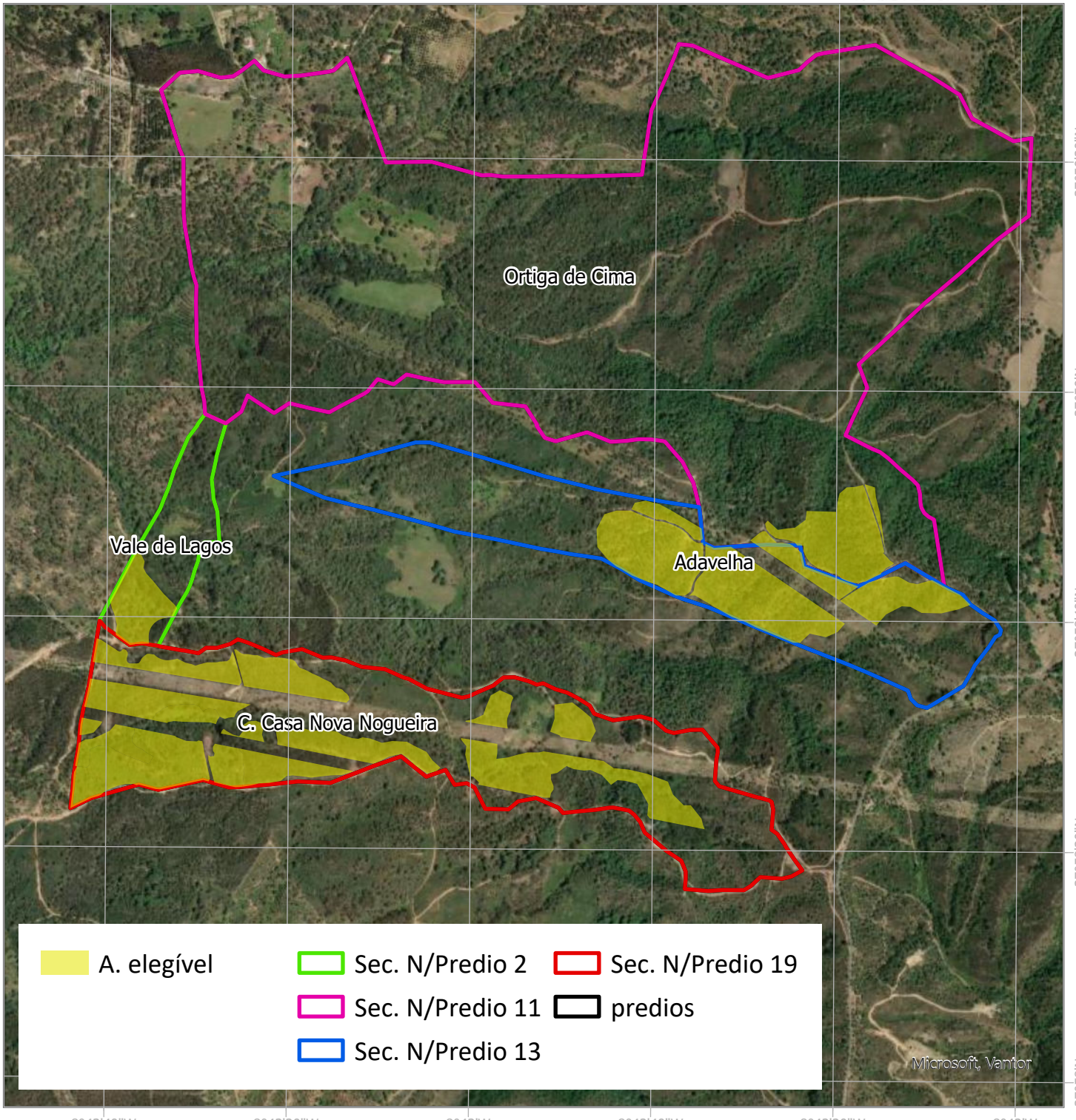
Sistema de referência:
PT-TM06/ETRS89
European Terrestrial
Reference System 1989

Fonte: CIGEO
Carta nº 516

Projeto de compensação do abate de quercíneas

Mapa 2
Enquadramento dos prédios sobre ortofotomapa

APFC



escala: 1:15 000

N W E S

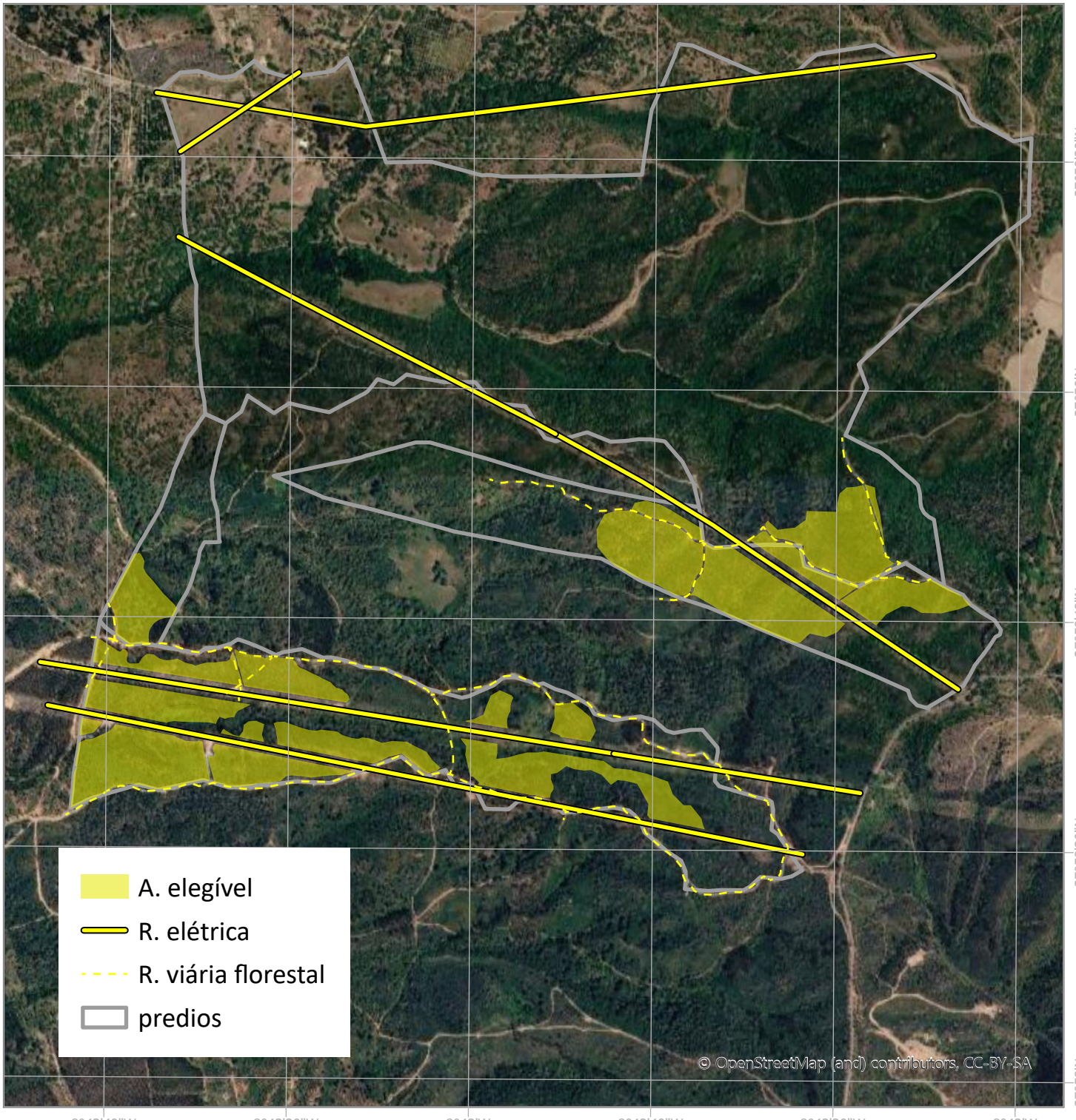
0 315 630 1 260 Metros

Sistema de referência:
PT-TM06/ETRS89
European Terrestrial
Reference System 1989

Projeto de compensação do abate de quercíneas

Mapa 3
Rede Viária Florestal (RVF) e Rede elétrica (RE)

APFC



escala: 1:15 000

N W E S

0 315 630 1 260 Metros

Sistema de referência:
PT-TM06/ETRS89
European Terrestrial
Reference System 1989

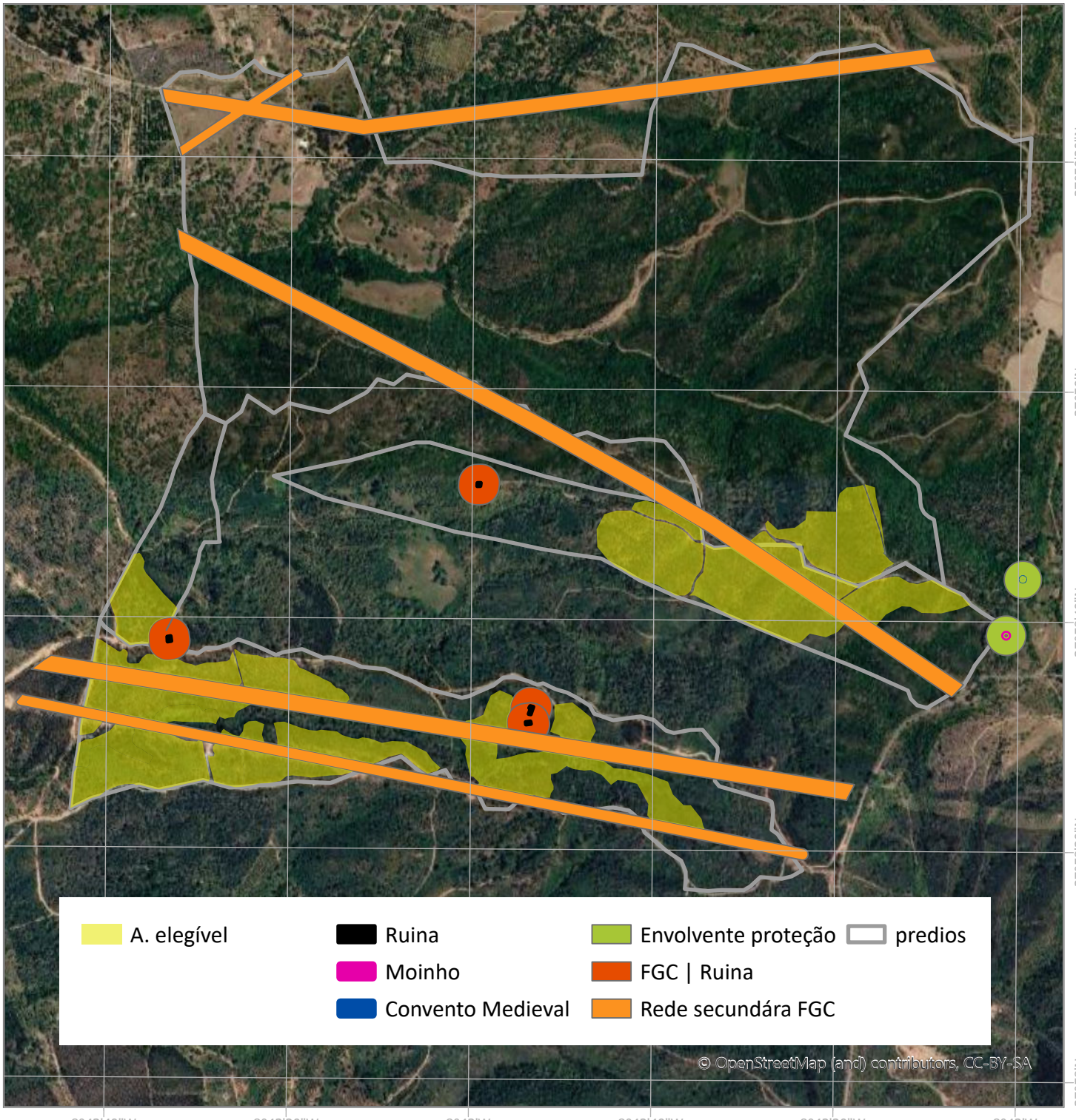
Fonte: PIMDFCI

Projeto de compensação do abate de quercíneas

Mapa 4

Faixas de gestão de combustível (FGC) | Rede elétrica e Atributos arqueológicos

APFC



escala: 1:15 000

N W E S

0 315 630 1 260 Metros

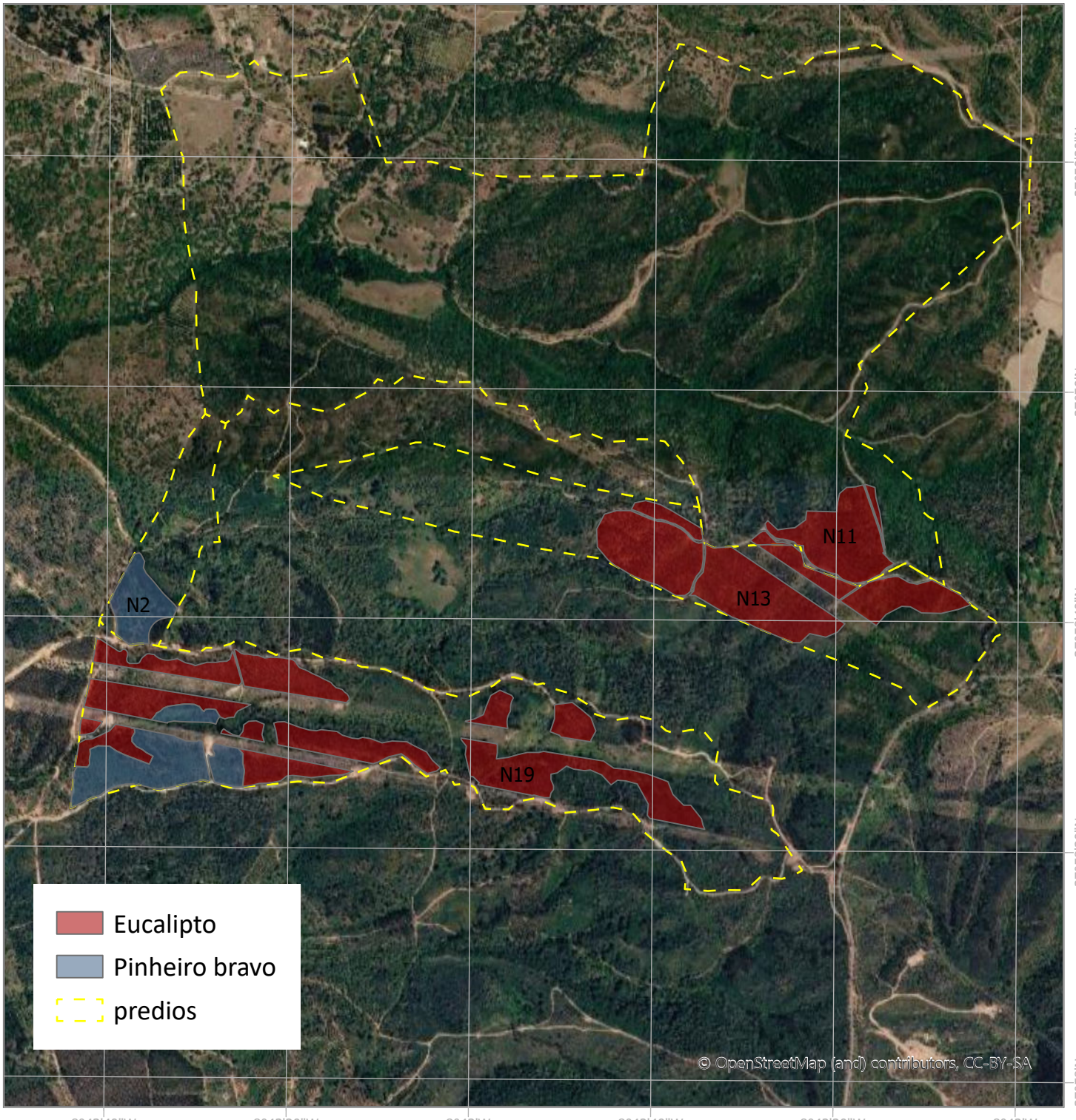
Sistema de referência:
PT-TM06/ETRS89
European Terrestrial
Reference System 1989

Fonte: PIMDFCI

Projeto de compensação do abate de quercíneas

Mapa 5
Ocupação atual do solo

APFC



escala: 1:15 000

N
W E
S

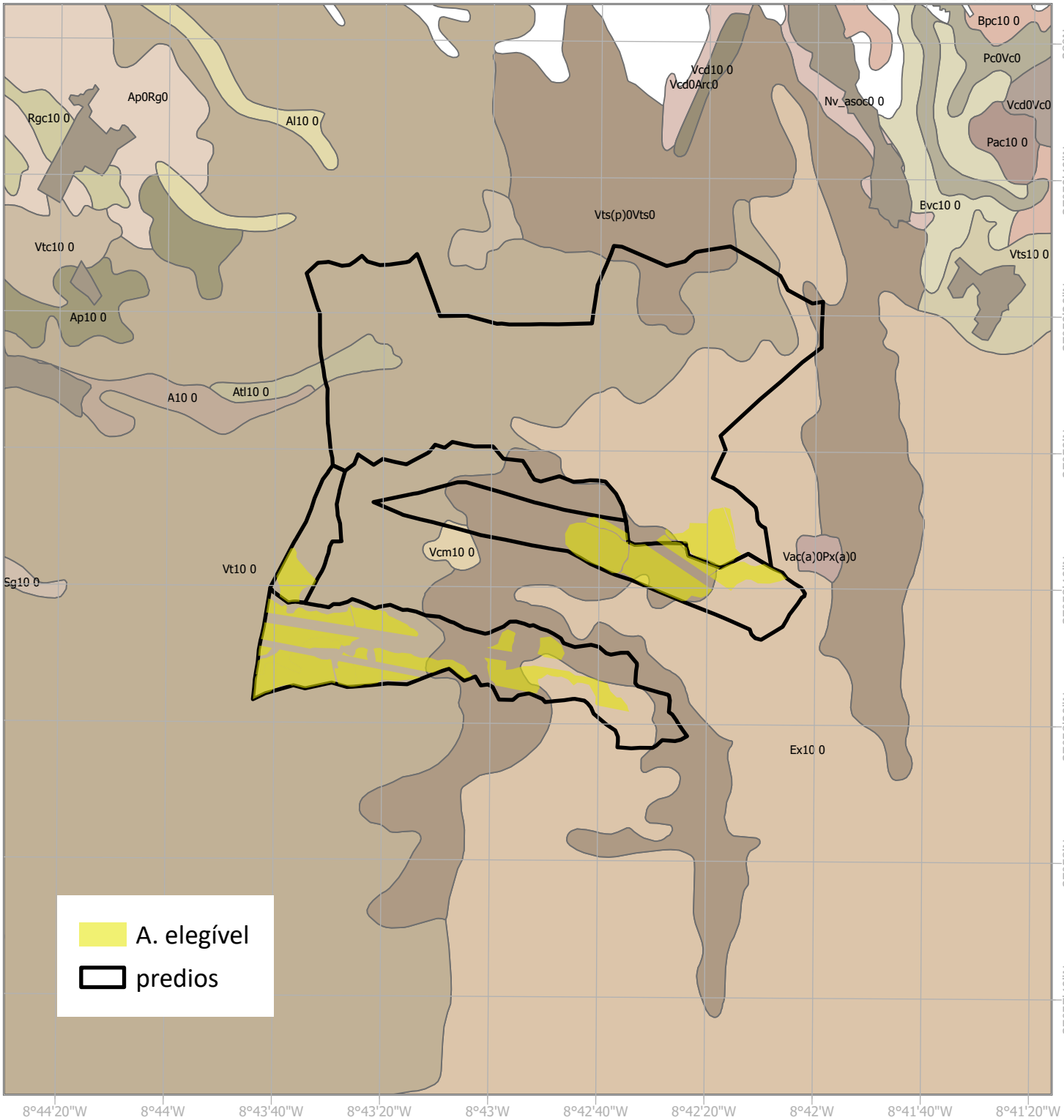
0 315 630 1 260 Metros

Sistema de referência:
PT-TM06/ETRS89
European Terrestrial
Reference System 1989

Projeto de compensação do abate de quercíneas

Mapa 6
Carta de solos CNROA /SROA

APFC



escala: 1:25 000

N
W E
S

0 500 1 000 2 000 Metros

Sistema de referência:
PT-TM06/ETRS89
European Terrestrial
Reference System 1989

Fonte: DGADR

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

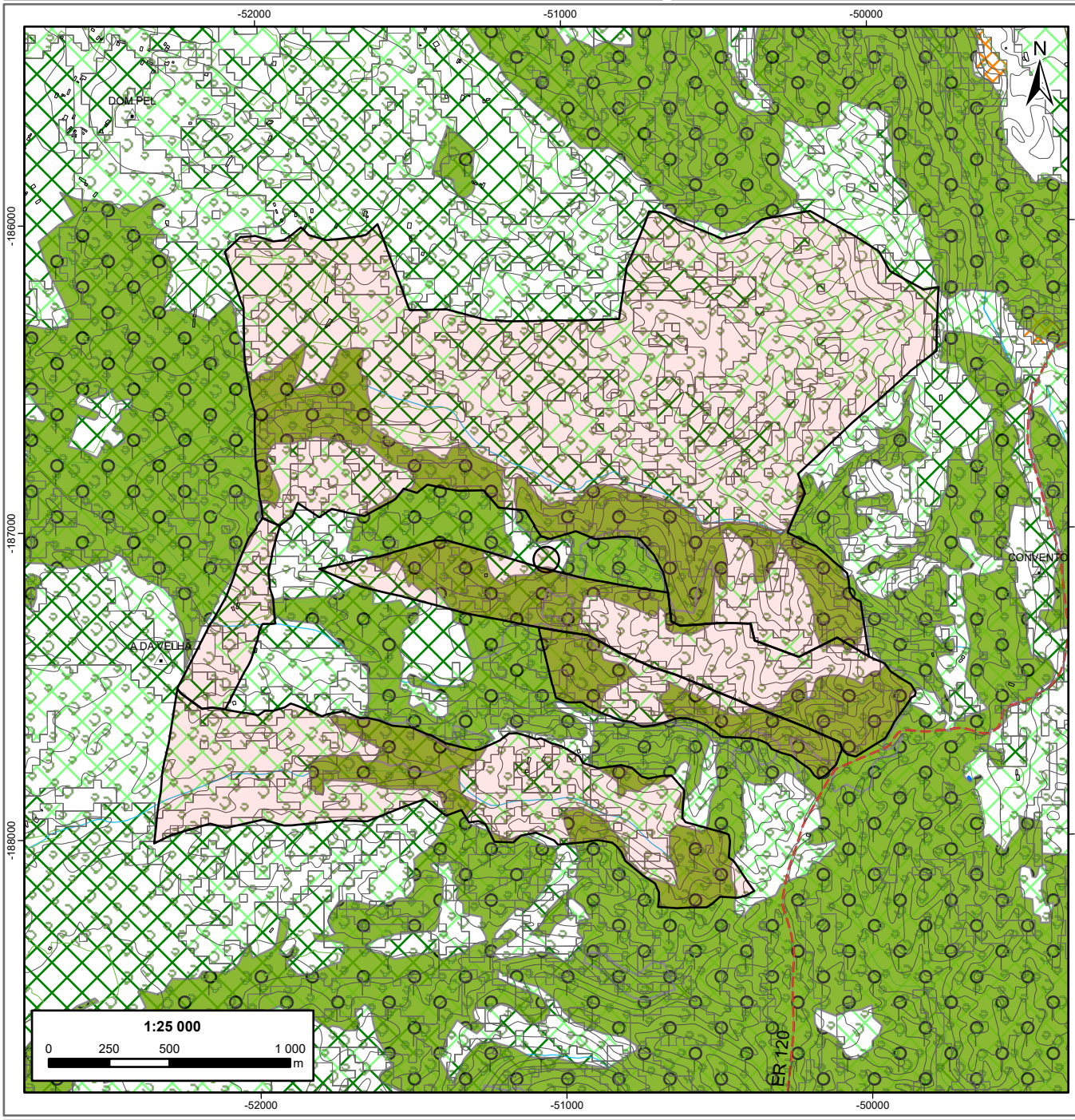
Plano Diretor Municipal

Planta de Condicionantes - Defesa da Floresta Contra Incêndios

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Planta de Condicionantes I – Defesa da Floresta Contra Incêndios

MUNICÍPIO SANTIAGO DO CACÉM TERRA ÚNICA

LEGENDA

DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Perigosidade de Incêndio [PIDFCI2019]

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta

FLORESTA

- Floresta [COS2018]
- Sobro e Azinho com exploração em sistema de montado

SOLO URBANO

- Aglomerados urbanos

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CACP 2018]
- Limite de Freguesia [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]
- Edificado
- Oceano
- Albufeira
- Lago/Lagoa/Açude
- Rio/Ribeira
- Curso de Água
- Charca de Curso de Água
- Adutora Sado-Morgavel
- Vértice Geodésico
- Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

- Itinerário Principal [IP]
- Itinerário Complementar [IC]
- Estrada Nacional [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipal [EN DM]
- Estrada Regional AE [ER]
- Estrada Regional [ER]
- Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]
- Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais
- Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

- Rede Rodoviária prevista

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

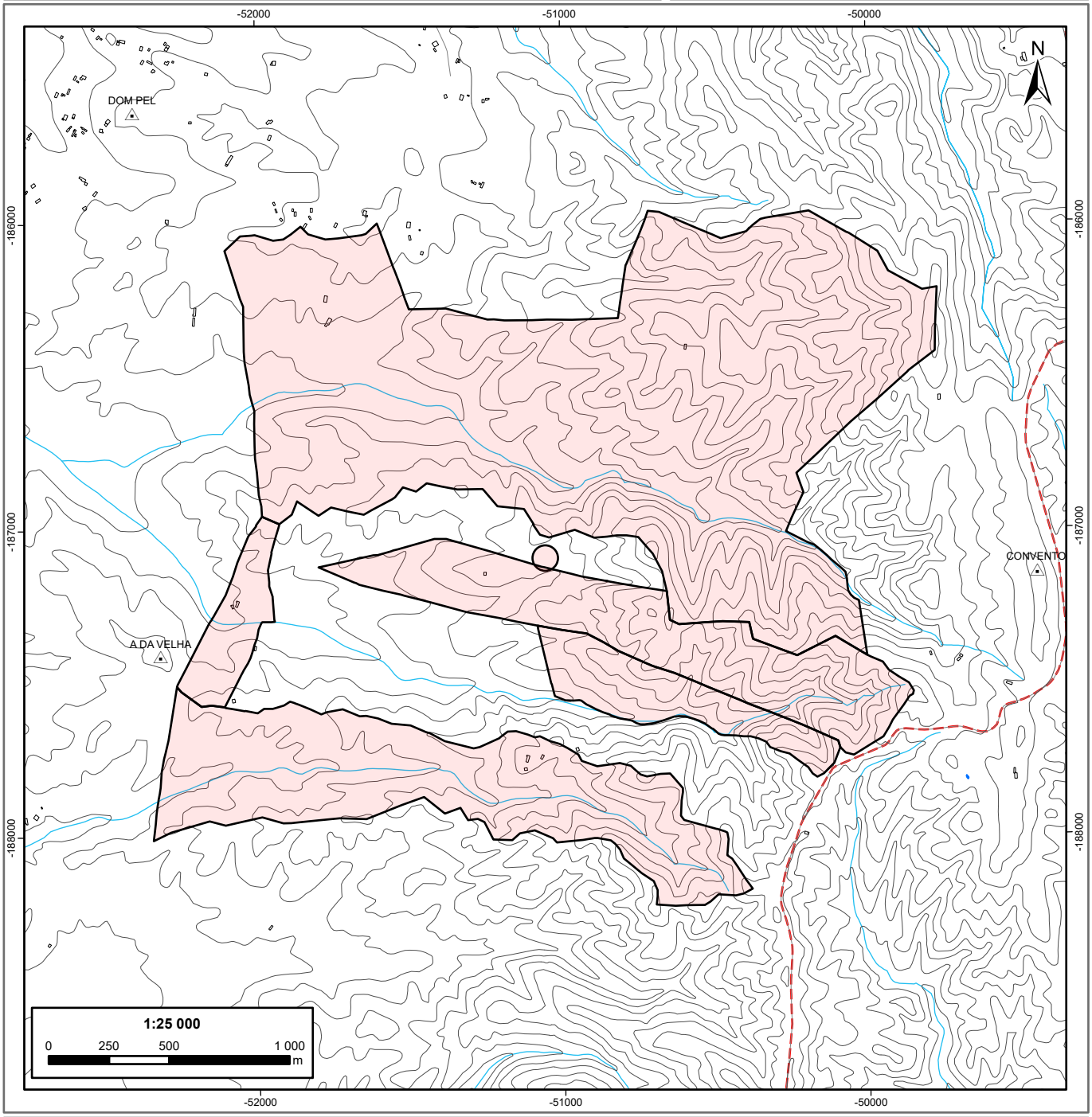
Plano Diretor Municipal

Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico e Áreas de Conflito (Ln)

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico e Áreas de Conflito (Ln)

MUNICÍPIO SANTIAGO DO CACÉM TERRA ÚNICA

LEGENDA

CONFLITO ACÚSTICO

- Conflito Inferior 5 dB(A)
- Conflito Igual ou Superior 5 dB(A)

ZONAMENTO ACÚSTICO

- Zona Sensível
- Zona Mista
- Zona Urbana Não Classificada - ZIL/ZAM
- Zona Não Classificada

SOLO URBANO

- Aglomerados urbanos

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]
- Edificado
- Oceano
- Albufeira
- Lago/Lagoa/Açude
- Rio/Ribeira
- Curso de Água
- Charca de Curso de Água
- Adutora Sado-Morgavel
- Vértice Geodésico
- Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

- Itinerário Principal [IP]
- Itinerário Complementar [IC]
- Estrada Nacional [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipal [EN DM]
- Estrada Regional AE [ER]
- Estrada Regional [ER]
- Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]
- Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais
- Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

- Rede Rodoviária prevista

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

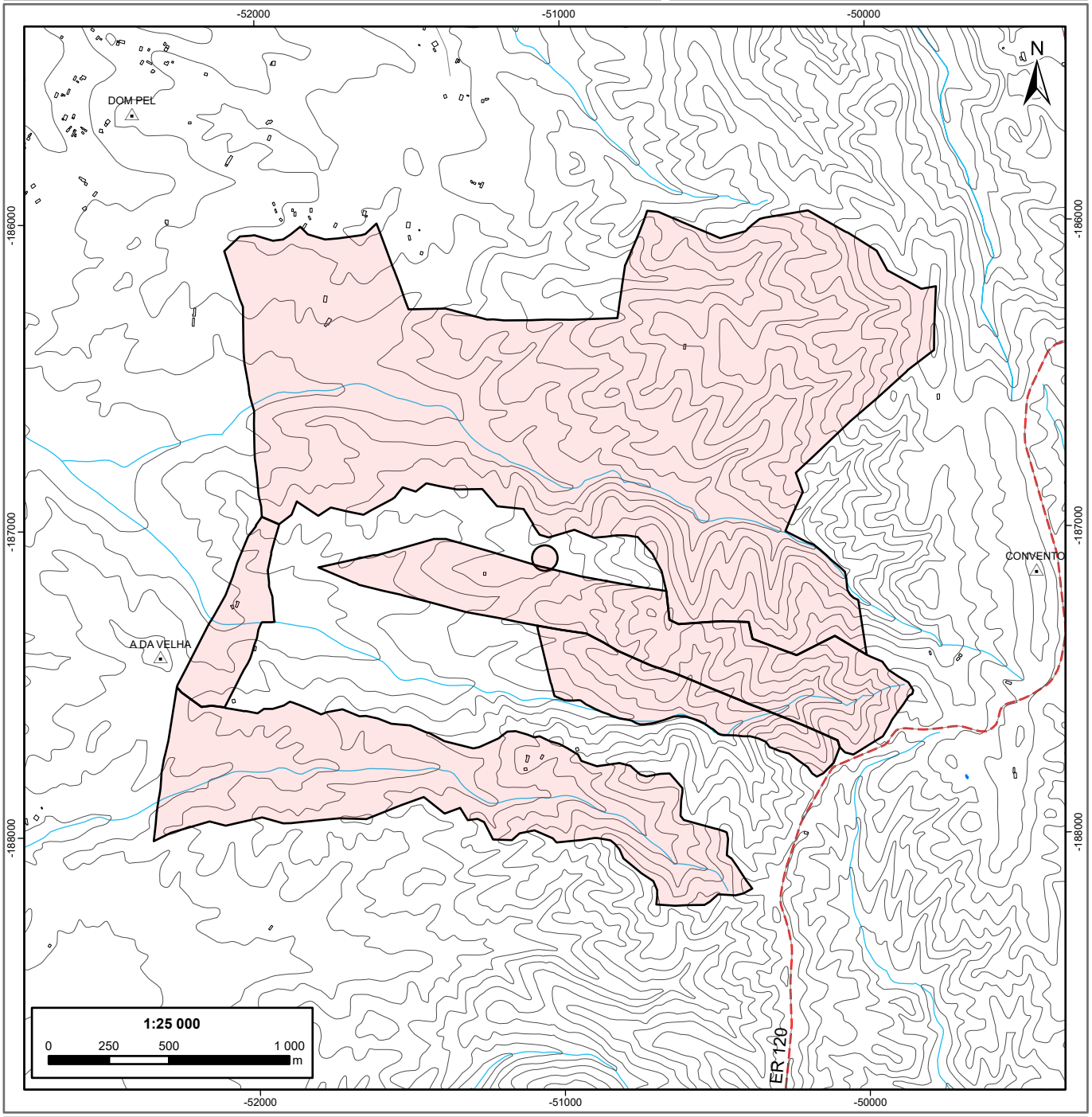
Plano Diretor Municipal

Planta de Ordenamento – Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RP) (PEOT C)

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Planta de Ordenamento – Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RP) (PEOT C)

MUNICÍPIO SANTIAGO DO CACÉM TERRA ÚNICA

LEGENDA

PLANO DE ORDENAMENTO DA RESERVA NATURAL DAS LAGOAS DE SANTO ANDRÉ E DA SANCHA (PORNLSAS)

Regimes de Proteção

Área Terrestre

- Áreas de protecção total
- Áreas de protecção parcial - tipo I
- Áreas de protecção parcial - tipo II
- Áreas de protecção complementar - tipo I
- Áreas de protecção complementar - tipo II
- Acessos ao litoral

Área Marinha

- Áreas de protecção parcial
- Áreas de protecção complementar

SOLO URBANO

- Aglomerados urbanos

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]
- Edificado
- Oceano
- Albufeira
- Lago/Lagoa/Açude
- Rio/Ribeira
- Curso de Água
- Charca de Curso de Água
- Adutora Sado-Morgavel
- Vértice Geodésico
- Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

- Itinerário Principal [IP]
- Itinerário Complementar [IC]
- Estrada Nacional [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipal [EN DM]
- Estrada Regional AE [ER]
- Estrada Regional [ER]
- Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]
- Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais
- Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

- Rede Rodoviária prevista

Rede Viária Proposta

- Rede Rodoviária proposta

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

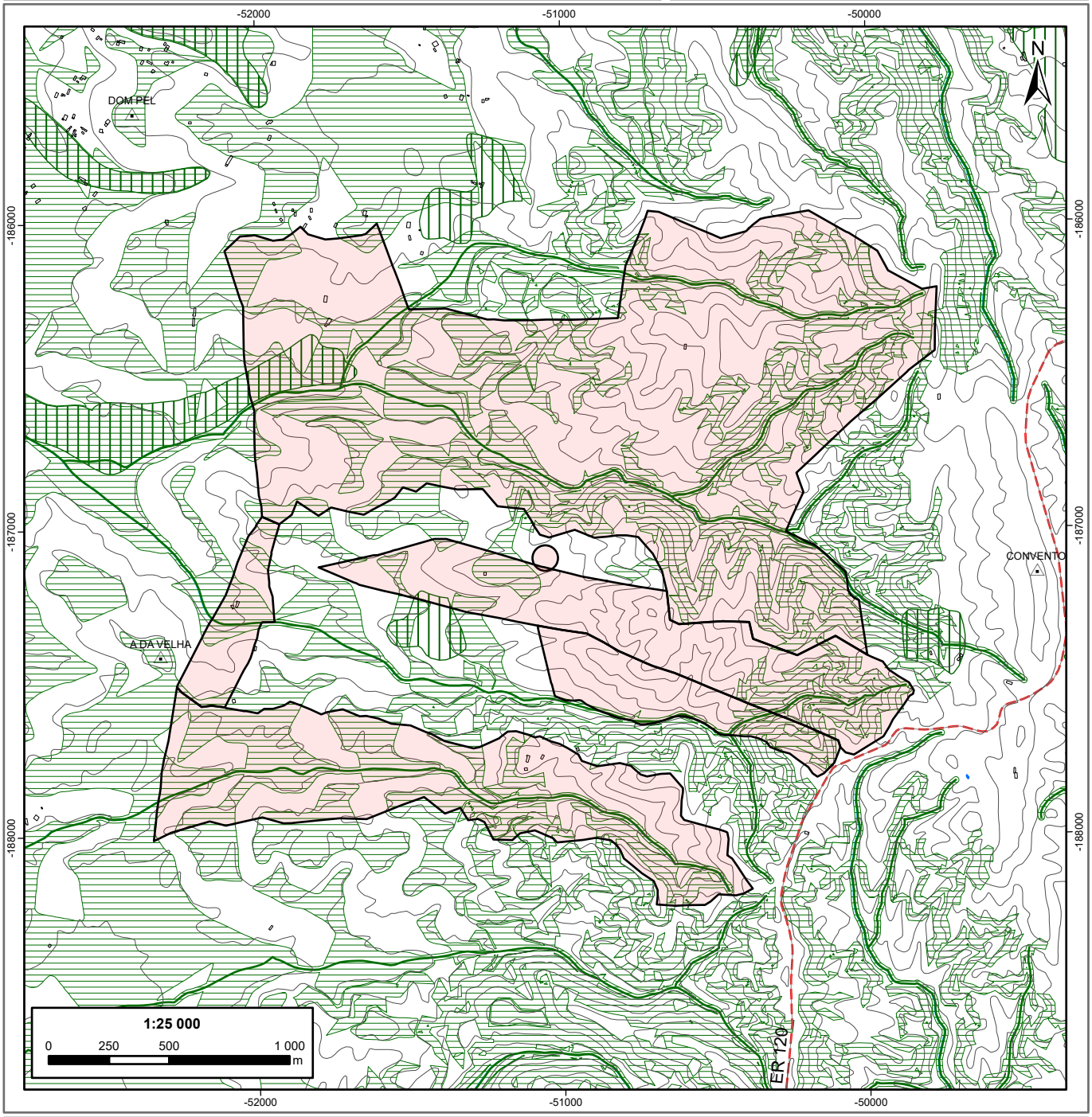
Plano Diretor Municipal

Planta de Condicionantes (AH, RAN, REN e RN2000)

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Planta de Condicionantes II (AH, RAN, REN e RN2000)

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

LEGENDA

PROTA

- Zona Costeira
- Faixa de Proteção da Zona Costeira

POOC

- Orla Costeira

POAAP

- Faixa de Proteção a Albufeira de Águas Públicas

ÁREAS CLASSIFICADAS

- RNLSAS
- ZPE Lagoa de Santo André
- Zona Especial de Conservação [ZEC]

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

- REN
- REN - Linhas de água

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

- RAN

APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA

- Perímetro de Rega
- Infraestruturas de Rega

SOLO URBANO

- Aglomerados urbanos

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia [CAOP 2018]
- Edificado
- Oceano
- Albufeira
- Lago/Lagoa/Açude
- Rio/Ribeira
- Curso de Água
- Charca de Curso de Água
- Adutora Sado-Morgavel
- Vértice Geodésico
- Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

- Itinerário Principal [IP]
- Itinerário Complementar [IC]
- Estrada Nacional [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipal [EN DM]
- Estrada Regional (AE) [ER]
- Estrada Regional [ER]
- Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]
- Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais
- Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

- Rede Rodoviária prevista

Plano Diretor Municipal

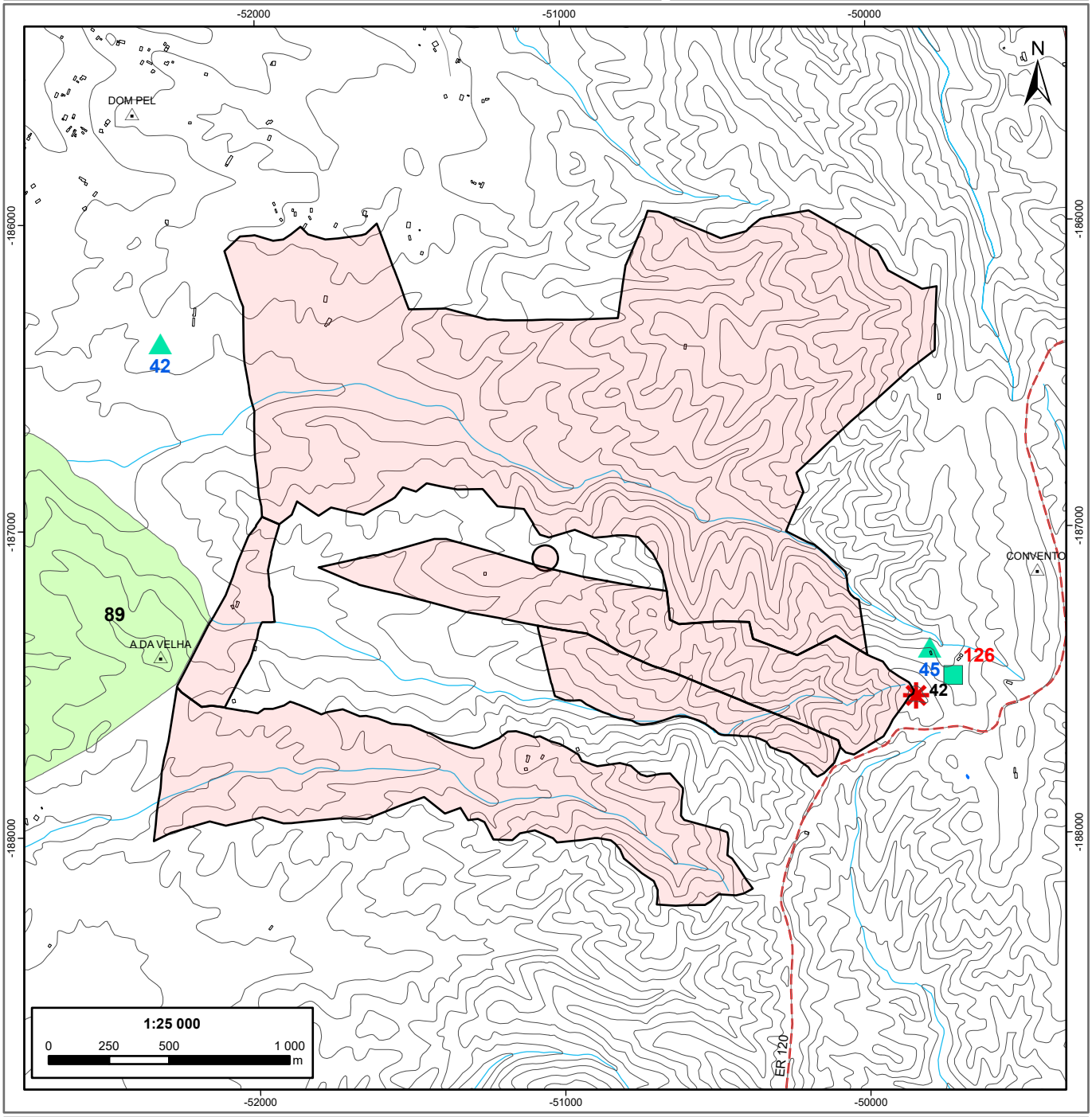
Planta de Ordenamento – Património Arqueológico e Arquitetónico

MUNICÍPIO SANTIAGO DO CACÉM
TERRA ÚNICA

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Património Arqueológico e Arquitetónico

MUNICÍPIO
SANTIAGO DO CACÉM
TERRA ÚNICA

LEGENDA

PATRIMÓNIO COM PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

- Imóvel de Interesse Municipal

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

- Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Municipal

PATRIMÓNIO EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

- Em Vias de Classificação como Imóvel de Interesse Público

- Zona Especial de Proteção
- Zona de Proteção
- Zona Non Aedifcandi

PATRIMÓNIO CULTURAL NÃO CLASSIFICADO

Património Arqueológico

- Espaços Culturais
- Sitios Arqueológicos
- Sítios Arqueológicos - Áreas

Património Arquitetónico

- Espaços Culturais
- Património Arquitetónico
- Quintas Históricas - Espaço Cultural
- Quintas Históricas
- Moinhos
- Centro histórico

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]
- Edificado
- Oceano
- Albufeira
- Lago/Lagoa/Açude
- Rio/Ribeira
- Curso de Água
- Charca de Curso de Água
- Adutora Sado-Morgavel
- Vértice Geodésico
- Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

- Itinerário Principal [IP]
- Itinerário Complementar [IC]
- Estrada Nacional [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipal [EN DM]
- Estrada Regional AE [ER]
- Estrada Regional [ER]
- Estrada Regional sob Domínio Municipa [ER DM]
- Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais
- Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

- Rede Rodoviária prevista

Designação	Número
Castelo de Santiago do Cacém	1
Igreja Matriz de Santiago do Cacém	2
Pelourinho de Santiago do Cacém	3
Pelourinho de Alvalade	4
Antiga Pousada de Santiago	5
Ermida de São Pedro	6
Ponte Medieval de Vivalade	7
Quinta dos Olhos Bolidos	8
Igreja da Misericórdia de Santiago do Cacém	9
Igreja Matriz de Avalade	10
Igreja, Casa de Romeiros e Fonte de Nossa Senhora da Conceição	11
Palácio da Carreira	12
Igreja Paroquial de Abela	13
Capela Nova de São Brissos	14
Memorial a N. Sra. da Abela	15
Igreja da Misericórdia de Alvalade	16
Capela Nova de Nossa Sr.ª do Roxo	17
Ruinas da Ermida de São Roque	18
Capela da Bica Santa	19
Igreja Matriz de Cercal do Alentejo	20
Ruinas da Ermida de Santo Isidoro	21
Igreja de Ermidas	22
Cruzeiro da Igreja de Santa Cruz	23
Igreja Paroquial de Santa Cruz	24
Oratório cos Passos da Paixão de Cristo na Rua Dr. Francisco Beja da Costa	25
Oratório cos Passos da Paixão de Cristo na Rua Padre António de Macedo	26
Oratório dos Passos da Paixão de Cristo na Quintal da Igreja da Misericórdia	27
Antiga Igreja do Espírito Santo	28
Capela de São Brás	29
Capela de São Sebastião	30
Capela das Almas	31
Cemitério no Castelo ce S. Cacém	32
Cruzeiro ca igreja Matriz de S. Cacém	33
Capela de Nossa Sr.ª do Monte	34
Cruzeiro da Costa de Jo. André	35
Igreja Paroquial de Santo André	36
Igreja Paroquial de São Bartolomeu	37
Igreja Paroquial de São Domingos	38
Igreja Paroquial de São Francisco	39
Ruinas da Ermida de Nossa Sr.ª do Livramento	40
Igreja de Vale da Água	41
Torre da Ordem de Santiago	42
Ponte do Burão	43
Ponte Caceis	44
Passeio das Romeirinhas	45
Troço de Estrada Real	46
Casa dos Magistrados de Alvalade	47
Antigo Açougue	48
Teatro da Sociedade Harmonia	49
Edifício do Museu Municipal	50
Antigos Paços do Concelho	51
Edifício dos Actuais Paços do Concelho	52
Edifício da Administração do Concelho e Escola Feminina	53
Hospício da Ordem Terceira de São Francisco	54
Hospital Conde do Bracial	55
Hospital do Espírito Santo	56
Antigo Quartel dos Bombeiros	57
Torre do Relógio	58
Escola "Conde Ferreira"	59
Antiga Casa do Povo	60
Casa do Povo de Santiago do Cacém	61
Mercado Municipal de Santiago do Cacém	62
Fontes do Plano dos Centenários	63
Estação dos Caminhos-de-Ferro de S. Bartolomeu da Serra	64
Estação dos Caminhos-de-Ferro de Ermidas-Sado	65
Estação dos Caminhos-de-Ferro de Santiago do Cacém	66
Estação dos Caminhos-de-Ferro de Alvalade	67
Casa "A.P.C. - 1930"	68
Casa Comercial	69
Edifício com frontão neo-clássico	70
Edifício "I.A.N."	71
Vivenda Maria Luiza	72
Casa dos painéis de azulejos	73
Casa das Heras	74
Casa da Família Lobo de Vasconcellos	75
Casa da Colegiada	76
Casa da Poetisa Alda Guerreiro	77
Casa do Jardim de Inverno	78
Casa Amarela	79
Palacete Falcão	80
Palacete Abeim e Parreira de Lacerda	81
Palácio e Tapada dos Condes de Avelez	82
Vivenda estilo Arte Nova	83
Quinta de Corona	84
Herdade do Roxo	85
Quinta da Mandorelha	86
Herdade de Monte Silva	87
Quinta das Relvas	88
Quinta da Ortiga	89
Quinta de S. João	90
Quinta do Meio (ou de São José)	91
Quinta do Pomar Grande	92
Quinta da Azenha (ou Assenha) de Baixo	93
Monte da Vinha	94
Quinta da Fonte Santa	95
Quinta do Rio da Figueira	96
Herdade do Coral	97
Monte da Barbadiga	98
Casa Principal da Herdade do Faial	99
Monte das Fontainhas	100
Monte do Porto ca Raia	101
Casa da Corça	102
Monte dos Lentiscais	103
Fonte Santa	104
Fonte da Fataca	105
Fonte de Marcelinheiro (Marcelim Alves)	106
Ameiro da Vinha	107
Chafariz de Abela	108
Fonte e Lavadouro da Bica	109
Fonte do Salgado	110
Chafariz da Rua Alongalega	111
Chafariz do Largo Augusto Fuschini	112
Chafariz co Largo da Castanheirinha	113
Chafariz do Largo 1.º de Maio	114
Fonte da Quinta da Laranjeira	115
Fonte da Casa Tchada	116
Fonte de Santo António da Quin a dos Olhos Bolidos	117
Fonte do Jardim da Quinta dos Olhos Bolidos	118
Chafariz de SantaCruz	119
Chafariz da Senhora ca Monte	120
Chafariz do Fidalgo	121
Chafariz do largo 25 de Abril	122
Fonte da Quinta de Meio	123
Fonte Santa	124
Fonte do Rio da Figueira	125
Fonte ca Convento do Loreto	126
Chafariz da Quinta do S. João	127
Fonte da Sr.ª da Graça	128
Fonte dos Olheiros	129
Chafariz do Monte das Relvas	130
Fonte de Douradais	131
Fonte do Monte Alto	132
Fonte do Vale de Oheiro 2	133
Chafariz do Largo 25de Abril	134
Fonte do Sobrado	135
Fonte de Cabo	136
Fonte do Pé do Meio	137
Fonte do Vale de Azamas	138
Chafariz de São Francisco	139
Fonte dos Nascedios	140
Fonte da Sarageça	141
Poco de Culturas Regadas D. Manuel Castelo Branco	142
Fábrica de Cortiça e Habitação, Gonçalves & Douradinha, Lda.	143
Antiga Central Elétrica	144
Moagem de José Matias Vilhena	145
Lagar de azeite de S. Domingos	146
Cineteatro Vitória	147
Rede Nalinológica do Município	

Designação	Número
Moinho do Burão	1
Moinho da Envidreira	2
Moinho do Luzo	3
Moinho de Vale de Pulgas	4
Moinho do Coelho	5
Moinho da Oliveira	6
Moinho do Paneiro 1	7
Moinho do Paneiro 2	8
Moinho da Malaca	9
Moinho do Sabino	10
Moinho Vale Pocinho	11
Moinho das Terreiras	12
Moinho das Sesmarias	13
Moinho do Outeiro	14
Moinho das Silveiras	15
Moinho da Fonte Santa	16
Moinho da Castanheira	17
Moinho do Salgadinho	18
Moinho da Cotovia	19
Moinho do Pedregão	20
Moinho do Cabrejo	21
Moinho das Relvas	22
Moinho da Mata	23
Moinho da Azinheira	24
Moinho do Tio Cinel	25
Moinho Novo da Berrado	26
Moinho do Porto Cordeiro	27
Moinho do Picos Escuros	28
Moinho da Cerca Velha	29
Moinho do Carneirinho	30
Moinho do Brogue	31
Moinho da Estrada	32
Moinho da Fome Aguda	33
Moinho da Tumba	34
Moinho da Senhora ca Monte	35
Moinho da Quintinha	36
Moinho dos Celhos	37
Moinho de Paz	38
Moinho do Causto	39
Moinho da Campa	40
Moinho dos Chaos	41
Moinho Queimado	42
Moinho de Vale das Traves	43
Moinho da Aldeia	44
Moinho dos Lobos	45
Moinho do Outeiro ca Vento	46
Moinho da Cruz de João Mendes	47
Moinho do Outeiro de Marco	48
Moinho do Marmoleiro	49
Moinho de Vale de Água	50
Moinho das Queneiras	51
Moinho dos Alamos	52
Moinho da Estalagem Nova	53
Moinho do Furadouro	54
Moinho da Boa Vista	55
Moinho de Vale Travessinho	56
Moinho das Sesmarias	57
Moinho da Mandorelha	58
Moinho do Ra o	59
Moinho da Gaminha	60
Moinho da Granita	61
Moinho Nove	62
Moinho da Laranjeira	63
Moinho do Seco	64
Moinho da Pereira	65
Moinho do Barranco	66
Moinho das Pereiras	67
Moinho do Cachecho	68
Moinho do Sobral da Várzea	69
Moinho da Azenha de Baixo	70
Moinho da Azenha do Meio	71
Moinho do Rio da Velha	72
Azenha do Rio da Figueira	73
Moinho da Ortiga	74
Moinho dos Escarnelhos	75
Moinho do Barranco	76
Moinho do Rego	77
Moinho do Rego de Baixo	78
Moinho do Brago	79
Moinho do Vale das Eiras	80

Designação	Número	NV
Herdade de Coroni	1	3
Castelo Velho de Corona	2	1
Vale de Zebro de Baixo	3	3
Gasoeia	4	1
Herdade da Defesa 1	5	3
Herdade da Defesa 2	6	3
Herdade da Defesa 3	7	1
Herdade da Defesa 4	8	2
Herdade da Defesa 5	9	2
Monte das Gáspeas	10	2
Monte da Corredoura	11	2
Herdade de Conqueiros	12	1
Monte do Roxo	13	1
Alva ade -Rua Dr. António Guerreiro Fernardes	14	2
Alvalade - Rua 25 de abril	15	2
Alvalade do Sado	16	n.a.
Monte da Ameira 1	17	2
Monte da Ameira 2	18	2
Monte da Ameira 4	19	2
Monte da Ameira 5	20	2
Monte Branco da Ameira	21	3
Cerrado de Maria Larça	22	3
Figueira à Metade	23	2
Monte Espada	24	3
Monte da Vinha	25	3
Monte da Sapa	26	2
Ponte Medieval de Alvaade	27	1
Ermida de São Roque	28	1
Faneca	29	2
Mandcrelha 1	30	2
Mandcrelha 2	31	2
Herdade do Raco	32	3
Lagoa da Pedra	33	2
Herdade do Parral/Parral de Baixo	34	2
Parral de Baixo 1	35	1
Herdade do Sobral da Várzea	36	3
Santa Cruz (Torre e Herdade do Saragoçal,Ademas, Franciscuinho	37	3
Torre Nova	38	1
Ribeira de Nabarro	39	2
Miróriga	40	1
Hospital do Espirito Santo	41	1
Monte da Ortiga do Meio	42	1
Pomar dos Mouros	43	3
Formiga	44	3
Convento do Loreto	45	1
Castelo de Santiago do Cacém	46	1
Aldeia dos Chãos	47	3
Zambujeiro 2	48	2
Herdade da Cascalheira	49	3
Areal	50	1
Cerradinha	51	1
Deixa o Resto	52	3
Casas Novas	53	3
Pedra de Atalaia	54	1
Várzea do Outeirinho	55	3
Herdade das Pereira	56	2
Herdade das Antas	57	2
Salema 1	58	1
Salema 2	59	n.a.
Franciscos	60	2
Marco Branco	61	n.a.
Palhota	62	1
Enxacfres 2	63	n.a.
Monte Sardinha	64	2
Figueirinha	65	2
Alvalade - Rua de São Pedro	66	2
Necrópole Medieval	67	1
Alvalade - Ermica de SãoPedro	68	2
Ermida de São Sebastião	69	2
Herdade do Monte Novo 2	70	1
Herdade do Monte Novo	71	1
Vale do Carmo	72	2
Herdade da Várzea Grande 2	73	2
Castelinho da Algeda	74	1
Vale de Juncos	75	1
Herdade do Monte do Lousal	76	3
Herdade da Várzea Grande	77	2
Montinho	78	2
Monte Novo 2	79	2
Monte Novo 3	80	3
Monte Novo	81	1
Monte Silva	82	2
Estação Ermidas-Sado	83	3
Pomarinho	84	2
Herdade de Pomarinho	85	2
Ermidas Aldeia 2	86	2
Acinhal/ Vale de Zebro	87	3
Ermidas Aldeia	88	2
Monte Novo dos Modernos 1	89	2
Monte Novo dos Modernos 2	90	2
Vale de Pereiros 2	91	2
Vale de Pereiros	92	2
Herdade do Cartaxo	93	3
Monte Branco da Serra 3	94	1
Monte Branco da Serra 2	95	1
Monte Branco da Sera	96	1
Monte Branco da Serra/ Herdade da Mal Assentada	97	1
Herdade Grande	98	2
Herdade Grande 2	99	2
Herdade Grande 3	100	2
Monte da Carregueira da Relva	101	2
Monte da Carregueira da Selva 2	102	2
Bica Velha	103	1
Bica Velha 2	104	2
Bica Velha 3	105	1
Bica Nova	106	2
Monte Branco da Ameira 2	107	2
Monte da Ameira 3	108	2
Vale de Santiago	109	2
Várzea do Brejo da Ameira	110	3
Monte da Ameira 6	111	2
Herdade da Boavista	112	2
Herdade da Boavista 2	113	2
Herdade das Borbolegas	114	2
Herdade das Borbolegas 2	115	1
Monte Novo 4	116	3
Herdade das Almargens	117	1
Herdade da Boavista 3	118	2
Herdade da Olhalva3	119	1
Herdade das Almargers 2	120	1
Monte da Retorta 2	121	2
Monte da Retorta 1	122	3
Várzea do Monte da Retrta	123	3
Fontanhas	124	1
Fontainhas 2	125	2
Fontainhas 3	126	2
Vale Serrão	127	2
Herdade da Olhalva2	128	2
Herdade ca Olhalva	129	2
Herdade do Pasmc	130	2
Herdade da Defesa 6	131	1
Carapetal	132	2
Carvalhal	133	1
Lagoa da Defesa	134	2
Corgo da Amêndoa	135	2
Alto do Castelo	136	1
Gaz	137	1
Olheiros	138	2
Capela	139	2
Senhora do Livramento	140	1
Tholos da Corte de Baixo	141	2
Castelinho do Mativeo	142	1
Faial	143	2
Ermidas	144	3
Mimosa	145	3
Herdade das Borbolegas 3	146	2
Pomarinho/ Monte da Estalagem	147	2
Alvalade - Praça D. Manuel I	148	2

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

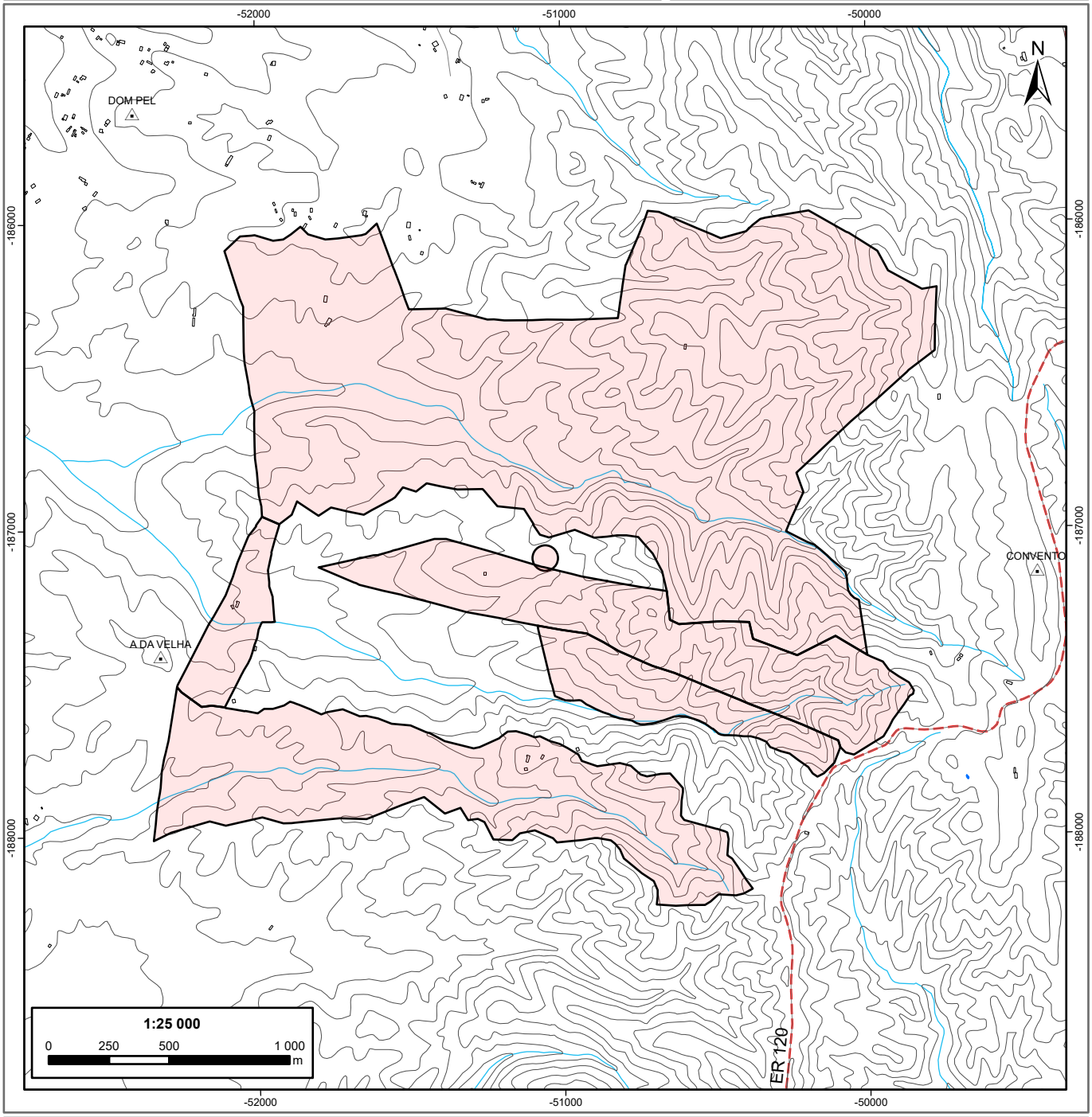
Plano Diretor Municipal

Planta de Ordenamento – Orla Costeira de Sado-Sines, Albufeira de Campilhas e Albufeira de Fonte Serne (PEOT A)

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

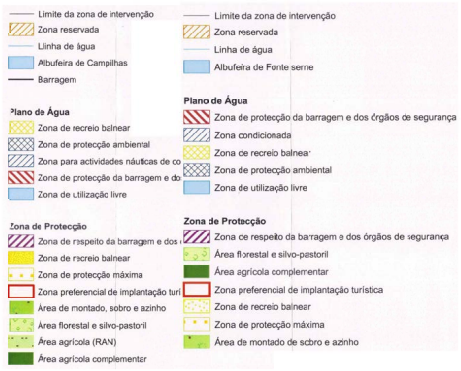
Planta de Ordenamento – Orla Costeira de Sado-Sines, Albufeira de Campilhas e Albufeira de Fonte Serne (PEOT A)

MUNICÍPIO SANTIAGO DO CACÉM TERRA ÚNICA

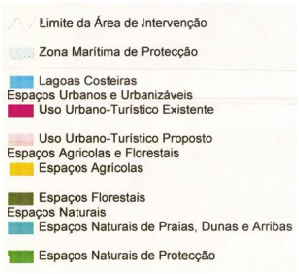
LEGENDA

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE CAMPILHAS (POAC)

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE FONTE SERNE (POAFS)



PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA DE SADO-SINES (POOC SADO-SINES)



SOLO URBANO

Aglomerados urbanos

BASE CARTOGRÁFICA

Limite da Área do Município [CAOP 2018]

Limite de Freguesia [CAOP 2018]

Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]

Edificado

Oceano

Albufeira

Lago/Lagoa/Açude

Rio/Ribeira

Curso de Água

Charca de Curso de Água

Adutora Sado-Morgavel

Vértice Geodésico

Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

Itinerário Principal [IP]

Itinerário Complementar [IC]

Estrada Nacional [EN]

Estrada Nacional Desclassificada [EN]

Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipal [EN DM]

Estrada Regional AE [ER]

Estrada Regional [ER]

Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]

Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]

Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

Rede Rodoviária prevista

Rede Viária Proposta

Rede Rodoviária proposta

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

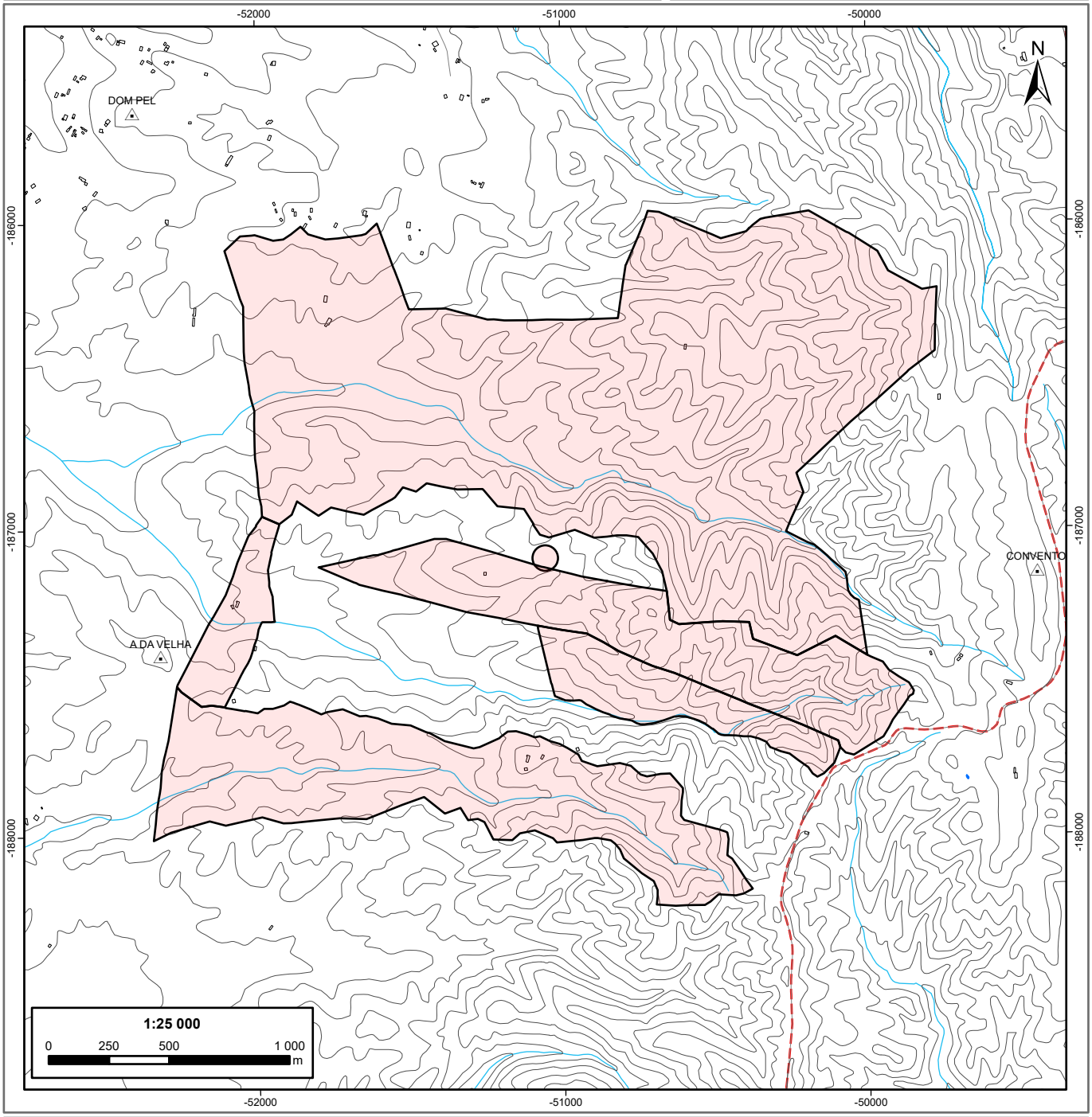
Plano Diretor Municipal

Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico e Áreas de Conflito (Lden)

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico e Áreas de Conflito (Lden)

MUNICÍPIO SANTIAGO DO CACÉM TERRA ÚNICA

LEGENDA

CONFLITO ACÚSTICO

- Conflito Inferior 5 dB(A)
- Conflito Igual ou Superior 5 dB(A)

ZONAMENTO ACÚSTICO

- Zona Sensível
- Zona Mista
- Zona Urbana Não Classificada - ZIL/ZAM
- Zona Não Classificada

SOLO URBANO

- Aglomerados urbanos

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]
- Edificado
- Oceano
- Albufeira
- Lago/Lagoa/Açude
- Rio/Ribeira
- Curso de Água
- Charca de Curso de Água
- Adutora Sado-Morgavel
- Vértice Geodésico
- Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

- Itinerário Principal [IP]
- Itinerário Complementar [IC]
- Estrada Nacional [EN]
- Estrada Nacional Desclassificaca [EN]
- Estrada Nacional Desclassificaca sob Domínio Municipal [EN DM]
- Estrada Regional AE [ER]
- Estrada Regional [ER]
- Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]
- Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais
- Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

- Rede Rodoviária prevista

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

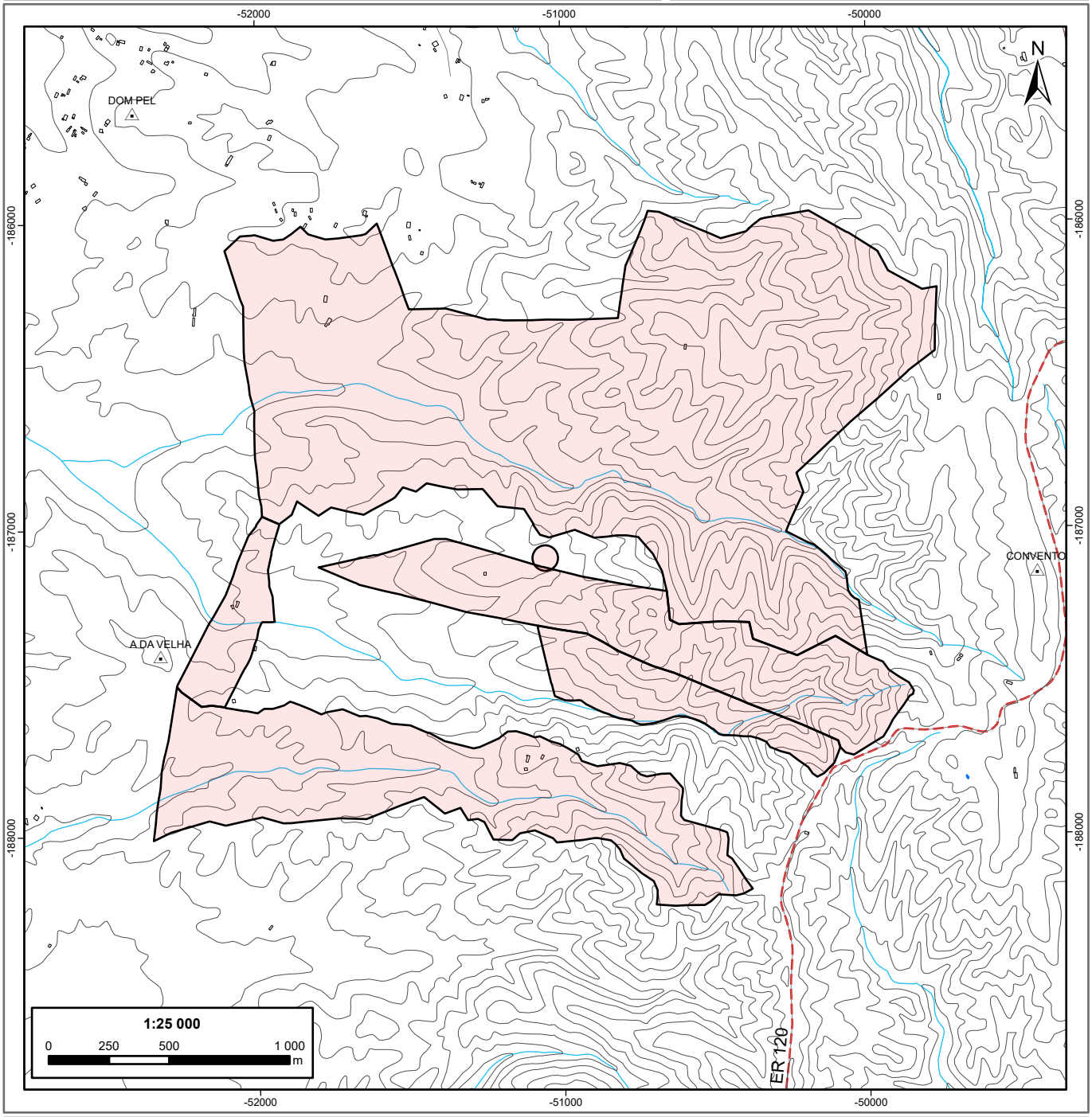
Plano Diretor Municipal

Planta de Ordenamento – Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (AIE) (PEOT B)

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Planta de Ordenamento – Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (AIE) (PEOT B)

MUNICÍPIO SANTIAGO DO CACÉM TERRA ÚNICA

LEGENDA

PLANO DE ORDENAMENTO DA RESERVA NATURAL DAS LAGOAS DE SANTO ANDRÉ E DA SANCHA (PORNLSAS)

Áreas de Intervenção Específica

Conservação da Natureza e Biodiversidade

Áreas de intervenção para a conservação da natureza e da biodiversidade

- Área de intervenção específica do eucaliptal
- Área de intervenção específica do pinhal
- Área de intervenção específica da lagoa da Sancha
- Área de intervenção específica da avifauna aquática nidificante
- Área de intervenção específica das várzeas de Stº André
- Área de intervenção específica da vegetação não indígena
- Área de intervenção específica dos brejos e lagoas temporárias
- Área de intervenção específica das valas e cursos de água
- Área de intervenção específica de acessos a pesqueiros

Área de intervenção específica do património cultural edificado:

- Arneiro da Cerradinha
- Avargas
- Galiza
- Monte Velho de Baixo
- Cerrada
- Cerrada de Baixo/Casa do Peixe
- Outeirão
- Paio
- Área de intervenção específica da Estação Arqueológica da Cerradinha

SOLO URBANO

- Aglomerados urbanos

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia [CAOP 2018]
- Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]
- Edificado
- Oceano
- Albufeira
- Lago/Lagoa/Açude
- Rio/Ribeira
- Curso de Água
- Charca de Curso de Água
- Adutora Sado-Morgavel
- Vértice Gecdésico
- Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

- Itinerário Principal [IP]
- Itinerário Complementar [IC]
- Estrada Nacional [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada [EN]
- Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipal [EN DM]
- Estrada Regional AE [ER]
- Estrada Regional [ER]
- Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]
- Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais
- Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

- Rede Rodoviária prevista

Rede Viária Proposta

- Rede Rodoviária proposta

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

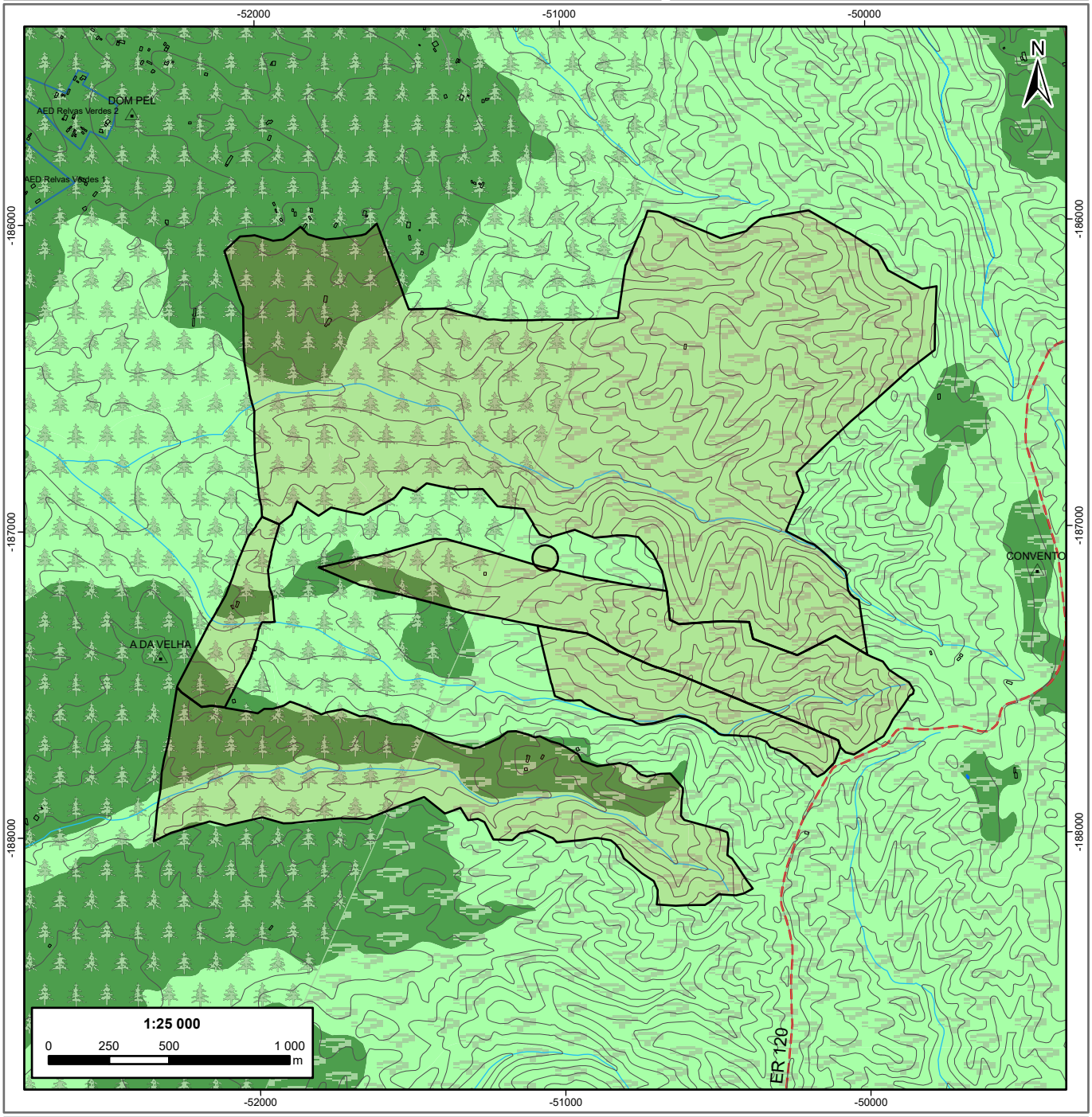
Plano Diretor Municipal

Planta de Ordenamento

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Planta de Ordenamento

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

LEGENDA

PROTA

Zona Costeira

Faixa de Proteção da Zona Costeira

POOC

Orla Costeira

POAAP

Faixa de Proteção a Albufeira de Águas Públicas

Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo [PROF ALT]
Sub-Regiões Homogéneas [SRH]

Serras do Litoral e Montados de Santiago

Pinhais do Alentejo Litoral

ÁREAS CLASSIFICADAS

RNLSAS

ZPE Lagoa de Santo André - RN2000

Zona Especial de Conservação [ZEC] - RN2000

UOPG

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão [UOPG]

SOLO URBANO

Aglomerados urbanos

Categorias Operativas

A consolidar

Consolidado

Categorias de Uso do Solo

Espaços centrais

Centro histórico

Espaços habitacionais

Espaços de atividades económicas

Espaços verdes

Espaços de uso especia

SOLO RÚSTICO

Categorias de Uso do Solo

Aglomerados rurais

Áreas de Edificação Dispersa [AED]

Áreas de Edificação em Solo Rural Peri-urbano [AESRP]

Espaços agrícolas ou florestais

Espaços de uso múltiplo agro-silvo-pastoril

Parque Biofísico

Espaços naturais e paisagísticos

Espaços de exploração de recursos geológicos

Espaços de atividades industriais

Espaços dest. a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações

Cemitério

Centro de Gestão de Resíduos [CGR]

BASE CARTOGRÁFICA

Limite da Área do Município [CAOP 2018]

Limite de Freguesia [CAOP 2018]

Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]

Edificado

Oceano

Albufeira

Lago/Lagoa/Açude

Rio/Ribeira

Curso de Água

Charca de Curso de Água

Adutora Sado-Morgavel

Vértice Geodésico

Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

Itinerário Principal [IP]

Itinerário Complementar [IC]

Estrada Nacional [EN]

Estrada Nacional Desclassificada [EN]

Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipa [EN DM]

Estrada Regional AE [ER]

Estrada Regional [ER]

Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]

Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]

Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

Rede Rodoviária prevista

Rede Viária Proposta

Rede Rodoviária proposta

MUNICÍPIO
SANTIAGO
DO CACÉM
TERRA ÚNICA

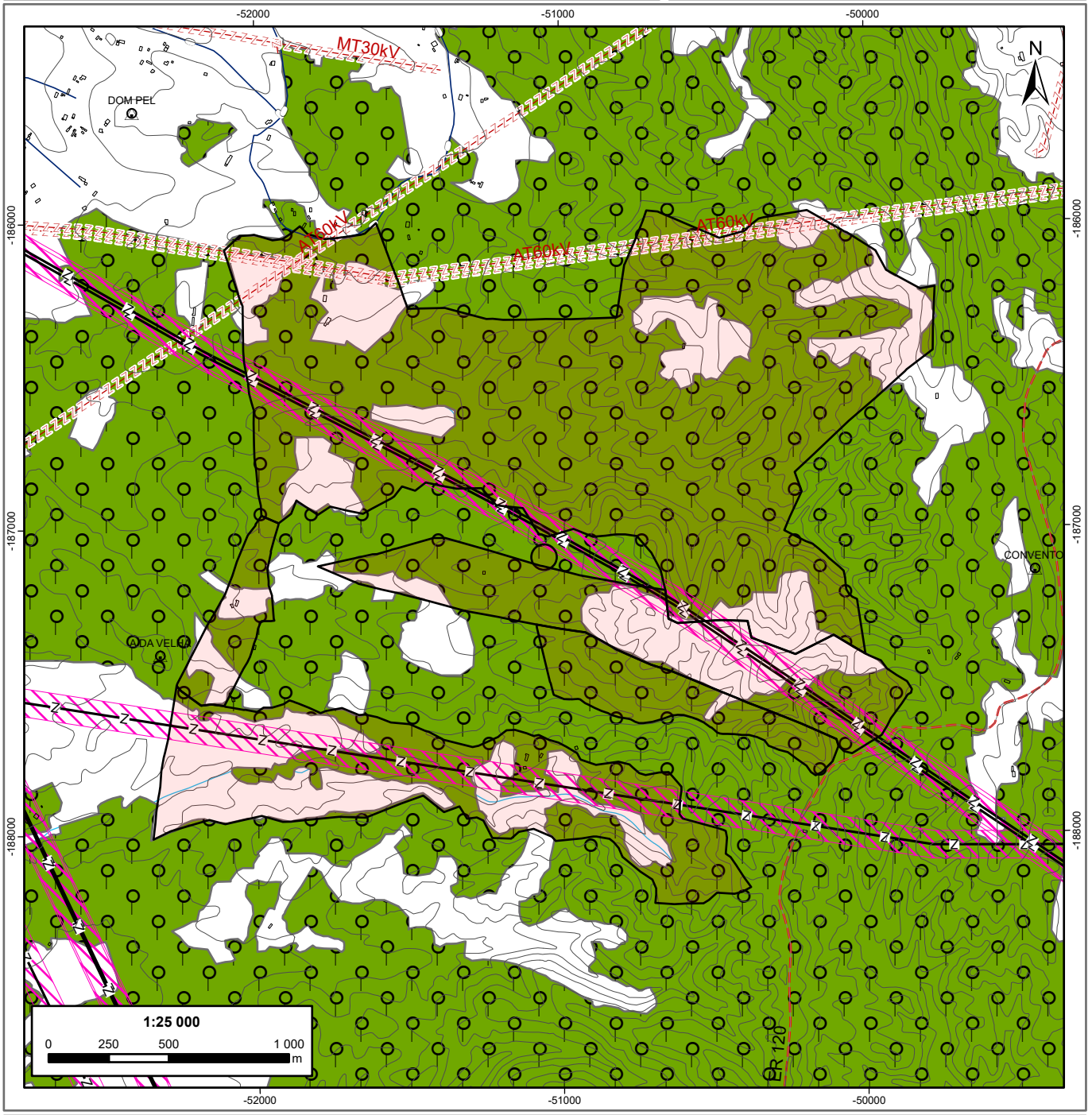
Plano Diretor Municipal

Planta de Condicionantes (Exceto AH, RAN, REN e RN2000)

DOGU: Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Requerente: APFC	**NIF:** 503153982
Morada: R. 5 de Outubro, nº 8	**Código Postal:** 2100-127 CORUCHE
Freguesia: União Das Freguesias De Santiago Do Cacém, Santa Cruz E São Bartolomeu Da Serra	
Localização: Secção N Prédio 2, 11, 13, 19 e 22	
Observações:	





Referência Espacial: PCS: ETRS 1939 Portugal TM06 | GCS: GCS ETRS 1989 | Datum: ETRS 1989

Data da Impressão: 30 de abril de 2025

Legenda do PDM

Planta de Condicionantes I (Exceto AH, RAN, REN e RN2000)

MUNICÍPIO SANTIAGO DO CACÉM TERRA ÚNICA

LEGENDA

PROTA

Zona Costeira

Faixa de Proteção da Zona Costeira

POOC

Orla Costeira

POAAP

Faixa de Proteção a Albufeira de Águas Públicas

Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança

Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança

Zona reservada

SOLO URBANO

Aglomerados urbanos

Património Arqueológico e Arquitetónico:

Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público (classificado)

Imóvel de Interesse Municipal (classificado)

Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público (em vias de classificação)

Zona Especial de Proteção

Zona de Proteção

Zona Non Aedificandi

Sítios Arqueológicos - Áreas

Listagem de Património Classificado ou Em Vias de Classificação:

1 Castelo Santiago do Cacem
2 Igreja Matriz de Santiago do Cacém
3 Pelourinho de Santiago do Cacém
4 Pelourinho de Alvalade
5 Artiga Pousada de São Tiago
6 Ermida de São Pedro
8 Quinta dos Olhos Bolidos
9 Igreja da Misericórdia de Santiago do Cacém
10 Igreja Matriz de Alvalade
11 Capela da Nossa Senhora da Graça
12 Palácio da Carreira
75 Casa Lobo de Vasconcelos
145 Moagem de José Mateus Vilhena
147 Cineteatro Vitória
27 Ponte Medieval de Alvalade
40 Ruínas Romanas de Miróbriga

Geodesia

Marcos geodésicos

Área de proteção aos marcos geodésicos

Domínio Público Hídrico

Linhas de Água Principais

Albufeira

Lago/Lagoa/Açude

Adutora Sado-Morçavel

Saneamento Básico

Captações de Água para Abastecimento Público e Respetivas Áreas de Proteção

Águas

Esgotos

Equipamentos

SP Segurança

S Saúde

E Educação

Redes Energéticas

Servidão da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade

Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade [AT 60kV | MT 30kV | MT 15 kV]

Subestação

Servidão Oleoduto/Gasoduto

Oleoduto/Gasoduto - Estação

Concessão Mineira

Concessão Serra do Cercal

Sobro e Azinho com exploração em sistema de montado

Faixa Non Aedificandi da Rede Rodoviária Nacional (Medida ao Eixo)

BASE CARTOGRÁFICA

Limite da Área do Município [CAOP 2018]

Limite de Freguesia [CAOP 2018]

Limite de Freguesia agregada [CAOP 2012.1]

Edificado

Oceano

Charca de Curso de Água

Curva de Nível (equidistância 10m)

Rede Viária Existente

Itinerário Principal [IP]

Itinerário Complementar [IC]

Estrada Nacional [EN]

Estrada Nacional Desclassificada [EN]

Estrada Nacional Desclassificada sob Domínio Municipal [EN DM]

Estrada Regional AE [ER]

Estrada Regional [ER]

Estrada Regional sob Domínio Municipal [ER DM]

Estradas e Caminhos Municipais [EM] [CM]

Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Rede Ferroviária

Rede Viária Prevista

Rede Rodoviária prevista

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 80/2022

de 25 de novembro

Sumário: Transfere imóveis do Estado para o IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., com vista à implementação, em Sines, de projetos de interesse estratégico para a economia nacional.

No âmbito do processo de extinção do Gabinete da Área de Sines (GAS), foi publicado o Decreto-Lei n.º 116/89, de 14 de abril, que transmitiu para o Estado Português um conjunto de prédios pertencentes ao Gabinete, que foram afetados às entidades mais vocacionadas para a sua gestão.

Paralelamente, e precavendo necessidades futuras de terrenos para instalação de indústria, habitação, infraestruturas e equipamentos coletivos de utilidade pública em Sines, estabelece-se no artigo 6.º do referido decreto-lei que os terrenos necessários para os referidos fins poderiam ser transferidos do património do Estado para o património de entidades competentes, caducando automaticamente os contratos de concessão, arrendamento ou outros.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 6/90, de 3 de janeiro, transmitiu para o Estado e deste para o IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), prédios ainda pertencentes ao GAS destinados à instalação de unidades industriais, o que teve reflexo no Plano Diretor Municipal de Sines.

Os novos projetos industriais estratégicos para a economia nacional em curso e em perspetiva na área de Sines, no âmbito da dupla transição energética e digital, excedem a área disponível na zona industrial e logística de Sines (ZILS), carecendo da área sobrante do respetivo plano de urbanização, ainda não afetada à ZILS, e da área circundante disponível, enquanto área de implantação de fornecimentos de eletricidade renovável, em apoio aos projetos industriais e de hidrogénio verde ligados ao consumo no local, à injeção na rede de gás natural e à exportação. Estas necessidades tornam urgente a reafetação de terrenos, visando um melhor planeamento e ajustamento do território às necessidades e perspetivas de investimento privado produtivo a curto e médio prazo.

Os terrenos necessários à construção e instalação de infraestruturas e equipamentos de apoio aos novos projetos industriais estratégicos para a economia nacional são da propriedade do Estado e estavam sob gestão do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., sendo agora geridos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Estes terrenos devem ficar submetidos a um regime similar ao dos restantes terrenos destinados à instalação de unidades industriais e logísticas previsto no Decreto-Lei n.º 6/90, de 3 de janeiro, uma vez que se trata de um contexto especial face ao regime jurídico do património imobiliário público, constante do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.

Importa, por isso, definir as condições da transferência dos bens imóveis do Estado para o património do IAPMEI, I. P., necessários à implementação, na área de Sines, dos novos projetos industriais estratégicos para a economia nacional.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei estabelece as condições de transferência de património imobiliário do Estado para o IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), para efeitos da implementação, na área de Sines, de novos projetos logísticos, energéticos, industriais e de telecomunicações ou outros de relevante interesse estratégico para a economia nacional.

Artigo 2.º

Transferência de património

1 — O direito de propriedade sobre os bens imóveis identificados no anexo ao presente decreto-lei, e do qual faz parte integrante, é transmitido do Estado para o IAPMEI, I. P.

2 — Os bens imóveis transferidos, nos termos do número anterior, para o património do IAPMEI, I. P., destinam-se à implementação de novos projetos logísticos, energéticos, industriais e de telecomunicações ou outros de interesse estratégico para a economia nacional.

Artigo 3.º

Contrapartida e afetação de receita

1 — Como contrapartida pela transferência de património a que se refere o artigo anterior, o IAPMEI, I. P., paga à Direção-Geral do Tesouro e Finanças uma percentagem das receitas que venha a obter com a promoção e gestão da área industrial de Sines.

2 — A percentagem a que se refere o número anterior é a fixada pela Portaria n.º 801/91, de 12 de agosto.

3 — A afetação da receita resultante da contrapartida referida no n.º 1 obedece ao regime da afetação do produto da alienação e oneração de imóveis do Estado previsto na Lei do Orçamento do Estado.

Artigo 4.º

Registo

1 — O presente decreto-lei constitui título bastante para todos os efeitos legais, incluindo a inscrição no registo, a favor do IAPMEI, I. P., dos bens imóveis a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º

2 — O registo é efetuado mediante requerimento do IAPMEI, I. P.

Artigo 5.º

Vigência e caducidade de situações e relações jurídicas

1 — As situações e relações jurídicas que estejam constituídas sobre os bens imóveis identificados no anexo ao presente decreto-lei à data da entrada em vigor deste, nomeadamente contratos de concessão ou de arrendamento, mantêm-se vigentes, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — Caso os imóveis identificados no anexo ao presente decreto-lei se revelem necessários à implementação de novos projetos logísticos, energéticos, industriais e de telecomunicações ou outros de interesse estratégico para a economia nacional, o IAPMEI, I. P., notifica, nos termos do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo, os titulares das situações ou relações jurídicas da caducidade das mesmas, que opera no prazo de três meses a contar da data da notificação, determinada nos termos do artigo 113.º do mesmo Código.

3 — Ressalva-se do disposto no número anterior os contratos de arrendamento para fins habitacionais.

4 — Os titulares das situações ou relações jurídicas podem, no prazo de um mês a contar da data da notificação, pronunciar-se por escrito sobre todas as questões com interesse para o caso, bem como requerer diligências e juntar documentos.

5 — O IAPMEI, I. P., após término do prazo previsto no n.º 2, toma posse administrativa dos bens imóveis, com recurso ao disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.

6 — O disposto no presente artigo não prejudica as indemnizações a que os titulares das situações e relações jurídicas referidas no n.º 1 possam ter direito, em razão da respetiva caducidade, a pagar pelo IAPMEI, I. P.

Artigo 6.º

Inventário de imóveis habitados ou habitáveis

No prazo de 12 meses, o IAPMEI, I. P., inventaria os imóveis que estejam em uso habitacional ou que possam ser afetados a esse uso, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro, na sua redação atual, devendo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., identificar e propor aqueles que podem integrar a bolsa de imóveis públicos para habitação.

Artigo 7.º

Execução de infraestruturas

O IAPMEI, I. P., acompanha a execução das infraestruturas necessárias à implantação de novos projetos logísticos, energéticos, industriais e de telecomunicações ou outros de relevante interesse estratégico para a economia nacional, podendo intervir nos nós de interligação com outras redes públicas, nomeadamente viárias, ferroviárias, de águas e saneamento, elétricas, de telecomunicações e de gás, visando a adoção das melhores soluções técnicas, ambientais e operacionais, mediante parecer obrigatório vinculativo das entidades que as administram.

Artigo 8.º

Servidões e direitos de superfície

O IAPMEI, I. P., pode constituir servidões ou direitos de superfície sobre os bens imóveis referidos no n.º 1 do artigo 2.º, com vista ao desenvolvimento e em apoio da zona industrial e logística de Sines, respeitando os instrumentos de gestão territorial em vigor.

Artigo 9.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não for contrário ao presente decreto-lei, aplica-se subsidiariamente o disposto no Decreto-Lei n.º 6/90, de 3 de janeiro, não sendo aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, sem prejuízo do n.º 5 do artigo 5.º

Artigo 10.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de novembro de 2022. — *António Luís Santos da Costa — Fernando Medina Maciel Almeida Correia — José Maria da Cunha Costa — João Saldanha de Azevedo Galamba — Pedro Nuno de Oliveira Santos.*

Promulgado em 16 de novembro de 2022.

Publique-se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Referendado em 18 de novembro de 2022.

O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa.*

ANEXO

(a que se referem o n.º 1 do artigo 2.º e os n.os 1 e 2 do artigo 5.º)

Lista dos prédios e parcelas

Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Nome da propriedade
(*) 2	G	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Herdade da Lezíria.
2	G2	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Herdade do Cabeço de Baixo.
(*) 6	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Canada.
(*) 6	G1	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Brejinhos.
7	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Cerca dos Brescos.
(*) 7	G1	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Brejinhos.
8	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Amoreiras.
8	G1	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Brejinhos.
9	G1	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Brejinhos.
10	G1	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Possancos.
11	G1	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Brejinhos.
11	J	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Monte Branco.
(*) 12	G1	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Sanchinha.
13	G1	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Sanchinha Nova.
20	G G1 G2 G3	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Herdade da Maria da Moita.
16	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Botelhões do Tojal.
18	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Tojal de Cima.
18	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Castelhana.
20	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Ademas.
22	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Casa Nova.
22	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Ademas.
23	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Carregueira.
23	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Amoreira.
26	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Baleizão.
27	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Baleizão de Baixo.
28	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Porto de Sines.
(*) 35	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela das Figueiras.
38	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela Cima Tojal Baixo.
39	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Tojal de Baixo.
40	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela Casas Tojal Baixo.
41	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela Casa Tojal.
48	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Fonte.
49	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Fonte.
52	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Zimbreira.
57	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Botelhão Comprido.
59	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Sem nome.
63	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Zimbreira.
65	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Zimbreira.
66	H	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Fonte.
(*) 72	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Galiza de Baixo.
75	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Galiza.
77	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Vale da Maia.
(*) 144	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Courela da Fonte.
(*) 222	D	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Arrougada.
283	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Amoreira.
309	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Forneco.
310	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Forneco.
316	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Vinha dos Namorados.
322	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Vinha dos Namorados.
323	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Vinha dos Namorados.
327	I	Santo André	Santiago do Cacém . . .	Vinha dos Namorados.
1	G	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Nogueira de Baixo.

Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Nome da propriedade
(*) 1	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Herdade da Boavista.
2	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Vale de Lagos.
3	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Carvalhais Grandes.
(*) 4	G	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela das Oliveiras.
5	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Vale Covo.
5	G	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Barranco da Nogueira.
6	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela do Forno.
6	G	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Cerro.
6	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Ortiga de Baixo.
7	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Pinheiros Bravos.
7	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela Ortiga de Baixo.
8	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Pinheiros Juntos.
8	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Ortiga de Baixo.
9	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Pinheiros Juntos.
9	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Herdade da Fonte Branca.
10	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Covanca.
11	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Corgas.
11	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Ortiga de Cima.
12	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Ortiga de Baixo.
12	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela dos Albinos.
13	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela Oliveiras Ortiga de Baixo.

Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Nome da propriedade
13	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Adavelha.
14	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Sobral da Várzea.
14	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela Oliveiras Ortiga de Baixo.
14	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Convento.
15	G	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Vale Bom de Cima.
15	I	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela Oliveiras Ortiga de Baixo.
17	B	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Alcoleia do Meio.
18	B	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Alcoleia.
19	B	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Vale da Lagoinha.
19	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela Casa Nova da Nogueira.
22	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Adavelha.
23	B	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Carranca.
24	B	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Relva da Pedreira.
24	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Adavelha.
25	B	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Relva.
28	B	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela do Poço.
40	N	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Adavelha.
44	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Moinho Novo.
51	H	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Vale Gavião.
55	D	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Vale Coelho.
60	B	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Outeirão.

Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Nome da propriedade
67	J	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Monte Branco.
109	O	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Casanova da Portela.
116	O	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Herdade do Loureiro.
130	K	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Pomar Grande.
149	M	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Courela do Meio.
183	M	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.	Santiago do Cacém . . .	Medronheira.
(*) 1	A A1	Sines.	Sines.	Herdade da Sancha.
1	B	Sines.	Sines.	Pedregal.
1	D	Sines.	Sines.	Barreiras.
1	E	Sines.	Sines.	Courela da Charneca.
1	I	Sines.	Sines.	Paul do Lago.
1	K	Sines.	Sines.	Courela da Casanova.
1	M	Sines.	Sines.	Lentiscais.
1	T	Sines.	Sines.	Barradinhas.
1	X	Sines.	Sines.	Chão da Bica.
1	Y	Sines.	Sines.	Rombo.
2	C	Sines.	Sines.	Pinheiro Manso.
2	D	Sines.	Sines.	Fontainhas.
2	E	Sines.	Sines.	Courela da Charnequinha.
2	G1	Sines.	Sines.	Herdade do Monte Feio.
(*) 2	I	Sines.	Sines.	Caiadas.
2	X	Sines.	Sines.	Texugueira-Texugueirinha.
3	C C1 C2	Sines.	Sines.	Herdade da Bêbeda.
3	E	Sines.	Sines.	Courela do Chaparro.
(*) 3	I	Sines.	Sines.	Caiadas.
3	K	Sines.	Sines.	Alto de Baixo.
3	X	Sines.	Sines.	Texugueira.
3	Y	Sines.	Sines.	Forca.
4	E	Sines.	Sines.	Monte do Pegos.
4	K	Sines.	Sines.	Alto.
4	X	Sines.	Sines.	Courela do Curralão-Texugueira.
5	B	Sines.	Sines.	Pedregal.
5	J	Sines.	Sines.	Chãos.
5	K	Sines.	Sines.	Alto.
5	X	Sines.	Sines.	Amoreira.
6	B	Sines.	Sines.	Zambujal.
6	J	Sines.	Sines.	Chãos.
6	K	Sines.	Sines.	Alto.
6	M	Sines.	Sines.	Lentiscais.
6	R	Sines.	Sines.	Herdade do Gaio.
6	T	Sines.	Sines.	Telheirinho.
7	B	Sines.	Sines.	Funchal.
7	J	Sines.	Sines.	Chãos.
7	K	Sines.	Sines.	Palmeirinha.
7	R	Sines.	Sines.	Arneirinho do Gaio Baixo.
7	T	Sines.	Sines.	Vale Porquinhos.
7	X	Sines.	Sines.	Arneiro.
8	B	Sines.	Sines.	Chaparral.
8	J	Sines.	Sines.	Chãos.
8	K	Sines.	Sines.	Courela da Erva da Fome.

Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Nome da propriedade
8	T	Sines	Sines	Herdade Santa Comba.
8	X	Sines	Sines	Arneiro.
9	B	Sines	Sines	Chaparral.
9	D	Sines	Sines	Fontanal.
9	T	Sines	Sines	Chaparral.
9	U	Sines	Sines	Provença de Cima.
9	X	Sines	Sines	Arneiro.
10	B	Sines	Sines	Chaparral.
10	T	Sines	Sines	Telheiro.
10	U	Sines	Sines	Provença de Cima.
11	B	Sines	Sines	Altura Grande.
12	B	Sines	Sines	Altura Grande.
12	E	Sines	Sines	Pegos.
12	M	Sines	Sines	Esteveirinha.
13	B	Sines	Sines	Courela do Pedro.
13	E	Sines	Sines	Cerca Velha.
14	B	Sines	Sines	Varzinha do Meio.
15	B	Sines	Sines	Varzinha do Meio.
15	M	Sines	Sines	Lentiscais.
15	X	Sines	Sines	Estanque Velho.
16	B	Sines	Sines	Borbolega.
16	M	Sines	Sines	Vale Verde.
16	X	Sines	Sines	Porto do Gaio.
17	B	Sines	Sines	Brabeleja.
17	D	Sines	Sines	Courela de Cima.
17	M	Sines	Sines	Pinheiro Manso.
17	X	Sines	Sines	Arneiro do Poço.
18	B	Sines	Sines	Brabeleja.
18	I	Sines	Sines	Cerquinha.
18	X	Sines	Sines	Courela da Vinha.
19	B	Sines	Sines	Courela da Vinha.
19	F	Sines	Sines	Dalda do Pobre Homem.
19	I	Sines	Sines	Cerca das Quintas.
19	X	Sines	Sines	Aguinha.
20	B	Sines	Sines	Courela do Poço.
20	I	Sines	Sines	Cerca Nova.
20	X	Sines	Sines	Poço do Arneiro.
21	F	Sines	Sines	Dalda de Baixo.
21	K	Sines	Sines	Almarjões.
21	M	Sines	Sines	Brunheira.
21	X	Sines	Sines	Porto de Raiz.
22	F	Sines	Sines	Dalda de Baixo.
22	K	Sines	Sines	Almarjões.
22	M	Sines	Sines	Pinheirinho.
23	D	Sines	Sines	Herdade das Fontainhas.
23	F	Sines	Sines	Dalda de Baixo.
(*) 23	I	Sines	Sines	Ribeira dos Moinhos.
23	M	Sines	Sines	Courela do Meio.
24	B	Sines	Sines	Bebeda de Baixo.
24	D	Sines	Sines	Barreiras.
25	B	Sines	Sines	Bebeda de Baixo.
25	M	Sines	Sines	Lentiscais.
26	B	Sines	Sines	Zambujal.
26	M	Sines	Sines	Herdade de Lentiscais.
27	B	Sines	Sines	Chacota.
28	I	Sines	Sines	Cadaveira.
28	M	Sines	Sines	Herdade Lentiscais.
29	M	Sines	Sines	Lentiscais.
30	L	Sines	Sines	Esteveira Velha.
30	X	Sines	Sines	Gaio.
31	D	Sines	Sines	Fontanal.
31	M	Sines	Sines	Herdade Lentiscais.
32	M	Sines	Sines	Malhadinho Lentiscais.

Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Nome da propriedade
33	M	Sines	Sines	Lentiscais.
36	M	Sines	Sines	Paulito.
37	M	Sines	Sines	Paulitinho.
38	M	Sines	Sines	Brejos da Fontinha.
39	I	Sines	Sines	Selões.
39	M	Sines	Sines	Mal Pensada.
40	I	Sines	Sines	Selões.
40	M	Sines	Sines	Esteveira Nova.
40	Y	Sines	Sines	Rombo.
41	I	Sines	Sines	Selões.
41	Y	Sines	Sines	Rombo
42	M	Sines	Sines	Herdade Lentiscais.
43	I	Sines	Sines	Selões.
46	I	Sines	Sines	Bacelo aos Selões.
47	I	Sines	Sines	Poveira.
47	K	Sines	Sines	Palmeirinha.
48	I	Sines	Sines	Jordôa.
48	K	Sines	Sines	Arneiro.
49	I	Sines	Sines	Jordôa.
49	K	Sines	Sines	Palmeirinha.
50	F	Sines	Sines	Herdade Brejeira.
50	K	Sines	Sines	Casa Novinha.
51	I	Sines	Sines	Vale Coelho.
51	K	Sines	Sines	Casa Nova.
54	I	Sines	Sines	Pardieirinho.
55	F	Sines	Sines	Monte da Vinha da Dalda.
56	F	Sines	Sines	Herdade da Brejeira.
62	I	Sines	Sines	Pardieiro.
63	F	Sines	Sines	Courela do Extremo.
63	I	Sines	Sines	Soalheirinha.
63	K	Sines	Sines	Arramada.
64	I	Sines	Sines	Carrunchola.
65	F	Sines	Sines	Dalda de Baixo.
65	I	Sines	Sines	Pardieiro.
67	F	Sines	Sines	Herdade Brejeira.
67	I	Sines	Sines	Pardieiro.
68	I	Sines	Sines	Pardieiro.
69	I	Sines	Sines	Pardieiro.
70	I	Sines	Sines	Pardieirinho.
71	I	Sines	Sines	Barranquinho.
72	I	Sines	Sines	Chãos.
73	I	Sines	Sines	Basbaque.
75	I	Sines	Sines	Vale Coelhinho.
76	I	Sines	Sines	Vale Coelhinho.
77	I	Sines	Sines	S. Geraldo.
78	I	Sines	Sines	S. Geraldo.
80	I	Sines	Sines	S. Geraldo.
81	I	Sines	Sines	S. Geraldo Velho.
82	I	Sines	Sines	Melo Roeira.
83	I	Sines	Sines	Melo Roeira.
84	I	Sines	Sines	Pedra do Gato.
85	I	Sines	Sines	Pedra do Gato.
87	I	Sines	Sines	Pedra do Gato.
88	I	Sines	Sines	Afeiteira.
89	I	Sines	Sines	Afeiteira.
90	I	Sines	Sines	Afeiteira.
91	I	Sines	Sines	Afeiteira.
96	I	Sines	Sines	Afeiteira.
97	I	Sines	Sines	Barranco.
98	I	Sines	Sines	Afeiteira.
99	I	Sines	Sines	Afeiteira.
101	I	Sines	Sines	Afeiteira.
103	I	Sines	Sines	Chãos.

Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Nome da propriedade
106	I	Sines	Sines	Barranco.
107	I	Sines	Sines	Polvoeira.
108	I	Sines	Sines	Polvoeira.
110	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
111	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
112	I	Sines	Sines	Selões.
113	I	Sines	Sines	Selões.
114	I	Sines	Sines	Selões.
115	I	Sines	Sines	Selões.
116	I	Sines	Sines	Galés.
117	I	Sines	Sines	Vinha dos Dalés.
119	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
128	I	Sines	Sines	Selões.
129	I	Sines	Sines	Sem nome.
130	I	Sines	Sines	Caminho da Ribeira de Moinhos.
131	I	Sines	Sines	Terra Comprida.
132	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
133	I	Sines	Sines	Caminho das Figueiras.
134	I	Sines	Sines	Selões.
136	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
140	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
144	I	Sines	Sines	Estanqueiro.
145	I	Sines	Sines	Estanqueiro.
153	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
154	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
155	I	Sines	Sines	Terra de Cima.
157	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
158	I	Sines	Sines	Galés.
159	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
161	I	Sines	Sines	Selões.
162	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
164	I	Sines	Sines	Vinha das Bolsas.
165	I	Sines	Sines	Bolsas.
169	I	Sines	Sines	Cerca Grande.
173	I	Sines	Sines	Cerca Grande.
205	I	Sines	Sines	Chãos.
206	I	Sines	Sines	Chãos.
207	I	Sines	Sines	Chãos.
208	I	Sines	Sines	Chãos.
210	I	Sines	Sines	Chãos.
211	I	Sines	Sines	Barranco.
227	I	Sines	Sines	Cadaveira de Cima.
230	I	Sines	Sines	Bolbugão.
231	I	Sines	Sines	Afeiteira.
232	I	Sines	Sines	Afeiteira de Baixo.
233	I	Sines	Sines	Afeiteira.
244	I	Sines	Sines	Pardieiro.
245	I	Sines	Sines	Pardieiro.
246	I	Sines	Sines	Pardieiro.
(*) 253	I	Sines	Sines	Casanova do Bolbugão.
254	I	Sines	Sines	Courela do Meio.
257	I	Sines	Sines	Quinta da Jordôa.
(*) 265	I	Sines	Sines	Cadaveira.
276	I	Sines	Sines	Carrasqueirinha. Bolbugão.
277	I	Sines	Sines	Bolbugão.
278	I	Sines	Sines	Bolbugão.
283	I	Sines	Sines	Selões.
284	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
285	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.
286	I	Sines	Sines	Baixa de S. Pedro.

(*) Prédio com uma parte útil e outra condicionada relativamente à conservação da natureza e biodiversidade.

115904167

IAPMEI
Parcerias para o Crescimento

PROCURAÇÃO

O IAPMEI – AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E À INOVAÇÃO, I.P., pessoa colectiva número 501 373 357, com sede na Rua de Salazares, nº 842, no Porto, instituto público dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em conformidade com o disposto no n.º 1 do art. 1º do Decreto - Lei n.º 140/2007, de 27 de Abril, pelo presente instrumento, ao abrigo do art. 21.º, n.º 1, alínea n) da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro concede poderes à **AICEP GLOBAL PARQUES - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA**, NIPC n.º 503580929, com sede na Estrada do Vale da Rosa, em Setúbal, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Setúbal, com o capital social de vinte milhões cento e oitenta e seis mil e trezentos e cinco euros, para em representação do IAPMEI, proceder a operações urbanísticas isentas de licenciamento municipal ao abrigo da al. f) do n.º 1 do art. 7.º do Decreto – Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e bem assim para proceder ao registo de quaisquer prédios, operações urbanísticas e outras de reestruturação fundiária, podendo prestar declarações complementares e respetivos averbamentos à descrição, requerendo e praticando todos os atos necessários a esse fim, junto da Administração Fiscal, conservatórias do registo predial ou de quaisquer outras entidades públicas, relativamente a prédios que integram o património do mandante IAPMEI, sitos no concelho de Sines, poderes que podem ser substabelecidos em advogado, ou solicitador.----------

Lisboa, 21 de junho de 2013

O Conselho Diretivo

ORDEM DOS ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS
Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03
Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Fernando Neves de Carvalho
CÉDULA PROFISSIONAL: 7121L
IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO
Autenticação de documentos particulares
IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS
Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias
Cartão de Cidadão nº. 09582859
Miguel Jorge de Campos Cruz
BI nº. 7649653
OBSERVAÇÕES
Autenticação de procuração emitida pelo conselho diretivo do IAPMEI a favor da AICEP GLOBAL PARQUES, SA, para proceder a operações urbanísticas isentas de licenciamento municipal e proceder ao registo de quaisquer prédios e operações urbanísticas e de reestruturação fundiária.

EXECUTADO A: 2013-07-01 12:10
REGISTADO A: 2013-07-01 12:16
COM O Nº: 7121L/82

Poderá consultar este registo em http://oa.pt/atos
usando o código 17415734-069888

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

No dia um de julho de dois mil e treze, perante mim, **Fernando Neves de Carvalho, advogado**, com domicílio profissional na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício A, em Lisboa, titular da cédula profissional n.º 7121 L, contribuinte n.º 180142518, devidamente autorizado para a prática deste acto, ao abrigo do disposto no art.º 38.º do Dec. Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, e da Portaria n. º 657-B/2006, de 29 de Junho, compareceram, como signatários:----------

Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias, casado, natural de Alpiarça, com domicílio profissional na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício A, em Lisboa, portador do cartão de cidadão n.º 095829, com prazo de caducidade a 11 de Maio de 2014.----------

Miguel Jorge de campos Cruz, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício A, em Lisboa, portador do bilhete de identidade nº 7649653, emitido em 3 de Abril de 2006, em Lisboa, pelos S.I.C. ----------

Verifiquei a identidade dos signatários por conhecimento pessoal, os quais possuem a qualidade de vice-presidente e vogal do conselho diretivo do **IAPMEI – Agência para a Competitividade e a Inovação, I.P.**, qualidade que também verifiquei face à respetiva nomeação em Diário da República, conforme Despacho número 727/2009, de 16 de dezembro de 2008, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Economia e da Inovação, publicado no D.R. II Série, de 12 de janeiro, com poderes para o ato, nos termos do n.º 3 do art.º 21º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, que procedeu à aprovação da Lei-quadro dos Institutos Públicos, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril.----------

E por eles foi dito:----------

Que para fins de autenticação, me apresentaram a procuração em anexo, por eles lida e assinada, que exprime a sua vontade e cujo conteúdo confirmam.----------

Foi dispensada a leitura deste termo de autenticação nos termos legais.----------

Os signatários

O advogado

FERNANDO NEVES CARVALHO
ADVOGADO
Estrada Paço do Lumiar
Campus do Lumiar - Edif. A
1649-038 LISBOA
NIF 180 142 518
fnc-7121l@adv.oa.pt

Sem custos.
Executado a: 2012-07-1
Registado a: 2012-07-1
Com o n.º 7121L/82

APFC
ASSOCIAÇÃO DOS
PRODUTORES FLORESTAIS
DO CONCELHO DE CORUCHE
E LIMÍTROFES

DECLARAÇÃO

Mariana Van Zeller Ribeiro Telles, portadora do cartão de cidadão 8491439, técnica da Associação dos Produtores Florestais de Coruche – APFC, com sede na Rua 5 de Outubro nº8 – 2100-127 Coruche, NIF 503153982, autora do projeto em anexo, declara para os devidos efeitos que todos os elementos e demais informação constantes no projeto de compensação, são verdadeiros.

Coruche, 03 de setembro de 2026

O Autor do projeto

Mariana Ribeiro Telles

Rua 5 de Outubro, n.º 8 | 2100-127 Coruche
Telef.: 243 617 473 (chamada para rede fixe nacional)

apfc@apfc.pt | www.apfc.pt